



Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade

**OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS
DE GESTÃO: O PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-
MOSSORÓ (RN)**

SARAH LAURENTINA TOMAZ SOLANO

Mossoró, RN
Fevereiro de 2017

SARAH LAURENTINA TOMAZ SOLANO

**OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO: O
PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ (RN)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Campus de Mossoró, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Márcio Nunes

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Elisabete Stradiotto Siqueira

Mossoró, RN
Fevereiro de 2017

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S684a Solano, Sarah Laurentina Tomaz .
Os agricultores familiares e suas estratégias
de gestão: o PRONAF B no território Açu-Mossoró (RN)
/ Sarah Laurentina Tomaz Solano. - 2017.
86 f. : il.

Orientador: Emanuel Márcio Nunes.
Coorientadora: Elisabete Stradiotto Siqueira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Ambiente, Tecnologia e Sociedade, 2017.

1. Agricultura Familiar. 2. PRONAF. 3.
Desenvolvimento Territorial. I. Nunes, Emanuel
Márcio , orient. II. Siqueira, Elisabete
Stradiotto, co-orient. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

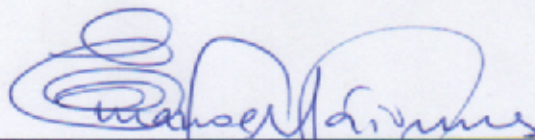
SARAH LAURENTINA TOMAZ SOLANO

**OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO: O
PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ (RN)**

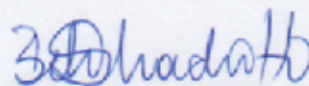
Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Campus de Mossoró, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Aprovado em: 23 /02 /2017.

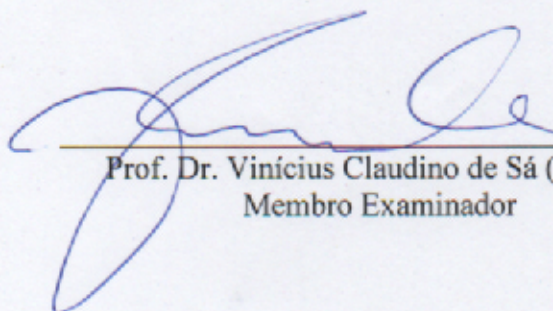
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Emanuel Márcio Nunes (UERN/UFERSA)
Presidente



Prof. Dra. Elisabete Stradiotto Siqueira (UFERSA)
Membro Examinador



Prof. Dr. Vinícius Claudino de Sá (UERN)
Membro Examinador

“Porque dele e por Ele, e para Ele são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém”.

Romanos 11:36

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata a Deus por Sua infinita misericórdia que me alcançou quando eu não merecia, por ter Seu único filho para morrer uma morte tão terrível para que um dia eu pudesse ser chamada de filha. A esse Pai tão amoroso dedico toda a minha gratidão, pois Ele tem me feito andar em lugares altos, lugares esses que eu jamais imaginei serem possíveis para mim, mas Ele tem me tomado pela mão e feito por mim tudo o que eu não sou capaz de fazer. Por ter me cercado de tantos cuidados, de tanta força que, mesmo em meio às maiores tempestades, jamais a minha fé vacilou, pois eu sei em quem tenho crido.

Agradeço a meu esposo Daniel por ter sido em todos os momentos para mim um braço forte, não me deixando duvidar nem por um minuto sequer de que chegaríamos ao fim dessa jornada com nossa vitória nas mãos. Meu agradecimento por ser muito mais que um esposo, ser para mim um canal do cuidado de Deus para comigo e para nossa família.

Agradeço a minha filha Amanda, que mesmo tão pequenina conseguia compreender minhas ausências e fazer valer a pena todas as presenças, torcendo por mim durante todo esse tempo, cuidando de mim a seu modo, acima de tudo me amando com toda a sua intensidade, amor esse que preenche todas as lacunas e faz todo sacrifício valer a pena.

Agradeço a minha mãe por me ensinar a lutar pelos meus sonhos, por ter dedicado sua vida inteira a cuidar para que pudéssemos ter um futuro, trabalhando e sacrificando-se por nós, mas nunca desistindo de lutar pelos seus próprios sonhos. Você é um exemplo para mim. Agradeço a meu pai por me incentivar e sempre acreditar no meu potencial quando muitas vezes eu mesma não conseguia acreditar.

Agradeço a meus irmãos, sogros, cunhados, amigos. Cada um de vocês contribuiu de alguma forma para que esse dia chegasse, torcendo, orando, aconselhando, se importando. Essa conquista também é de vocês.

Agradeço a meu orientador Prof. Dr. Emanuel Márcio, por ter me dado essa oportunidade tão especial, por ter confiado em mim para tão grande responsabilidade e ter me auxiliado para que esse sonho se concretizasse.

Agradeço a minha coorientadora Profa. Dra. Elisabete Stradiotto, que foi muito mais que uma professora, foi como uma mãe que me acolheu, abraçou e acreditou em mim. Sem você eu não teria conseguido, lhe serei eternamente grata por tudo o que fez e faz por mim, por seus ensinamentos que levo para a vida. Você é o exemplo de profissional que eu quero ser.

Agradeço à Banca Examinadora por sua disponibilidade e contribuições para que esse trabalho crescesse e pudesse ser algo que contribuísse para o crescimento de nossa sociedade.

Agradeço aos professores e colegas de turma por todo o apoio que representaram nessa jornada, compartilhando sorrisos e lágrimas, torcendo uns pelos outros, nessa ajuda mútua mesmo em meio a nossas limitações. Vocês encontraram lugar em meu coração.

OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO: O PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ (RN)

RESUMO

O presente estudo traz como tema principal a agricultura familiar e as estratégias de gestão utilizadas pelos agricultores familiares. A agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, 64% das ocupações no meio rural e 10% do PIB brasileiro, contradizendo estudiosos como Kautsky (1899), que previam a extinção do agricultor familiar diante do crescimento acelerado do agronegócio, esses pequenos produtores se mantêm sobreviventes em meio a um mercado dinâmico e complexo. Ao longo do tempo, muitas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de promover o crescimento do segmento agrícola, porém tais medidas beneficiavam predominantemente os grandes empreendimentos rurais. Após anos de luta, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que surgiu com intuito de promover desenvolvimento a esses pequenos empreendimentos rurais, bem como proporcionar melhorias na qualidade de vida desses agricultores familiares que tanto contribuem para a produção nacional de alimentos. Entre suas linhas de crédito, o presente trabalho se detém no PRONAF B, linha de microcrédito rural voltada para agricultores familiares de baixa renda, que permite acesso a crédito de valores baixos, dispondo de descontos de adimplência que podem chegar a até 25% do valor tomado. Porém, mesmo com tantos incentivos ao adimplemento, o PRONAF B obteve altos índices de inadimplência, o que levou à criação do Programa de Microcrédito Rural Orientado (AGROAMIGO), que concede crédito aos agricultores familiares beneficiários do PRONAF B, dispondo do acompanhamento de agentes de crédito que auxiliam desde a elaboração do projeto até a conclusão do processo quando da liquidação da operação. Nesse contexto das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar, a presente pesquisa traz como objetivo geral analisar como os agricultores familiares do território Açu-Mossoró utilizam os recursos concedidos pelo PRONAF B no período de 2009 a 2014. De forma a atender ao objetivo proposto, utilizou-se de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, adotando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada composta por 18 perguntas. O local de estudo foi o território Açu-Mossoró (RN), composto por 14 municípios, onde foram entrevistados 5 agricultores familiares beneficiados pelo AGROAMIGO dentro do período compreendido pela pesquisa. A partir dos dados coletados, pôde-se concluir que os agricultores familiares beneficiados pelo AGROAMIGO no território em estudo não utilizam, em sua grande maioria, ferramentas de gestão em seus empreendimentos rurais, possivelmente decorrentes do baixo grau de escolaridade encontrado entre os pesquisados, podendo esse vir a ser um indicador da necessidade de uma presença mais eficaz por parte dos órgãos de ATER no sentido de capacitarem esses agricultores familiares para realizarem uma gestão de seus empreendimentos de forma a obterem um desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida de seus envolvidos. Pôde-se conhecer ainda, a partir das entrevistas realizadas, a percepção dos beneficiados acerca dos benefícios proporcionados pelo PRONAF, embora seja latente a necessidade de aprimoramento do programa para que possa alcançar os objetivos a que tem se proposto.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PRONAF, Desenvolvimento Territorial.

FAMILY FARMERS AND THEIR MANAGEMENT STRATEGIES: PRONAF B IN AÇU-MOSSORÓ (RN) TERRITORY

ABSTRACT

This current study brings as main topic the family agriculture and management strategies used by family farmers. Family agriculture is responsible for production of 70% of foods consumed by Brazilians, 64% of occupations in rural areas and 10% of Brazilian GDP, contradicting scholars such as Kautsky, who predicted the family farmer extinction before the accelerated growth of agribusiness and these smallholders are still surviving in the midst of a dynamic and complex market. Over the years, many public policies were developed aiming to promote the growth of agricultural segment, but such measures were predominantly benefiting great enterprises in rural areas. After years of struggle, in 1996 was created the National Program for Sustainable Family Agriculture (PRONAF in Portuguese), which emerged aiming to promote the development for these small rural enterprises, as well as providing improvements in quality of life of these family farmers who contribute so much to the food production. Among credit lines, this work standeth in PRONAF B, a microcredit line directed to low incomes family farmers, which allows access to low values credit offering tax compliance discounts and reaching up to 25% of the value taken. However, even with so many incentives for tax compliance, PRONAF B had high delinquency rates, which led to the creation of the Oriented Rural Microcredit Program (AGROAMIGO), which provides credit to family farmers benefiting from PRONAF B, with monitoring of credit agents assisting since the project preparation until the process is complete with the transaction settlement. In this context of lending policies directed to family farming, this research had as main goal analyzing how family farmers in Assu-Mossoro are using resources provided by PRONAF B from 2009 to 2014. In order to meet the proposed goal, it was applied a field research with qualitative, exploratory and descriptive approaches, adopting as data collection instrument an interview structured consisting of 18 questions. The study site was conducted in Assu-Mossoro territory composed of 14 counties, where were interviewed 5 family farmers benefited by AGROAMIGO within the period of the study. From the collected data, it was concluded that the family farmers benefited by AGROAMIGO in the study site do not use, in their great majority, management tools in their rural businesses, possibly due to the low level of schooling found among interviewees. This could be an indicator of a need for a more effective presence on the part of ATER in order to enable these farmers to undertake a management of their businesses so that obtain a sustainable development and improving the quality of life of those involved. It is possible to know more from the interviews conducted, such as the perception on the part of the beneficiaries about benefits offered by PRONAF. However, it is a latent need that still exists for the program improvement in order to achieve the goals proposed.

Keywords: Family Farming, PRONAF, Territorial Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo.....	52
Gráfico 2 - Faixa etária	53
Gráfico 3 - Escolaridade.....	54
Gráfico 4 - Tempo de atuação	55
Gráfico 5 - Atividades desenvolvidas	57
Gráfico 6 - Tamanho da propriedade	58
Gráfico 7 - Membros da família que colaboram com o trabalho.....	59
Gráfico 8 - Mão de obra assalariada	60
Gráfico 9- Rendas não-agrícolas	61
Gráfico 10- Fontes de rendas não-agrícolas.....	61
Gráfico 11 - Primeiro contato com o PRONAF	63
Gráfico 12 - Quantidade de contratos realizada	64
Gráfico 13 - Facilidades e dificuldades.....	64
Gráfico 14 - Valores concedidos	66
Gráfico 15 - Suficiência do valor concedido.....	67
Gráfico 16 - Tipos de investimentos.....	68
Gráfico 17 - Mecanismos de gerenciamento.....	70
Gráfico 18 - Visitas de órgãos de assistência técnica/extensão rural	72
Gráfico 19 - Instituição que realiza visitas de assessoria técnica/extensão rural	73

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios que compõem o Território Açu-Mossoró	45
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Condições de Crédito Safra 2015/2016	40
Quadro 2 - Apresentação dos sujeitos pesquisados.....	47
Quadro 3 - Objetivos específicos e sua relação com o roteiro de entrevista.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROAMIGO – Programa de Microcrédito Rural Orientado

BACEN – Banco Central do Brasil

CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPF – Cadastro de Pessoa Física

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DNTR/CUT – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

EMATER – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEC – Instituto Nordeste Cidadania

MCR – Manual de Crédito Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PMDRS – Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNMPO – Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PTC – Programa Territórios da Cidadania

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SIT – Sistema de Informações Territoriais

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OBJETIVOS	18
2.1 OBJETIVO GERAL.....	18
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
3 REVISÃO DE LITERATURA	19
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
3.1.1 Gestão na agricultura familiar	23
3.1.2 Administração Rural	26
3.3 POLÍTICA TERRITORIAL	28
3.4 PRONAF.....	30
3.4.1 PRONAF Crédito	34
3.4.2 Microcrédito Rural – PRONAF B	37
3.4.2.1 Programa AGROAMIGO	42
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
4.1 LOCAL DA PESQUISA	45
4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	46
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	46
4.4 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS.....	48
4.5 PESQUISA DE CAMPO.....	50
4.6 TRATAMENTO DOS DADOS.....	51
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS TOMADORES DE CRÉDITO ATRAVÉS DO PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ.	51
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS ATRAVÉS DO PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ.....	62
5.3 MECANISMOS DE GESTÃO FINANCEIRA UTILIZADOS PELOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF B, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA	69

6 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	83
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	85

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é objeto de discussão em diversas regiões do país, modalidade essa composta por médios e pequenos produtores que representam uma considerável parcela dos agricultores brasileiros. Conforme afirma Aleixo, Cruz e Lima (2007, p. 3), “a agricultura familiar é caracterizada por pequenos produtores, pequenos agricultores, colonos e camponeses que empregam o trabalho de todos os membros da família”, sendo esta uma alternativa econômica para muitas famílias brasileiras na luta pela sobrevivência.

Essa atividade, presente na economia há séculos, vem a duras penas sobrevivendo diante do avanço das grandes propriedades do agronegócio, tendo ainda grande relevância e representação na produção de alimentos no Brasil. Segundo dados do IBGE (2009), a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros, por 64% das oportunidades de ocupação no meio rural e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Contudo, essa representatividade no cenário produtivo nacional nem sempre foi assim. A “revolução verde” permitiu a difusão de um novo padrão tecnológico durante e após a Guerra Fria, que privilegiou o avanço das grandes indústrias ligadas ao agronegócio, que viviam um momento de espetacular produtividade, ganhavam cada vez mais espaço e tiravam a competitividade do produto do pequeno produtor; neste contexto, a agricultura familiar se viu perdendo força diante de tal avanço (ORTEGA, 2008). As novas tecnologias e o facilitado acesso ao crédito disponíveis aos grandes produtores e de difícil acesso aos pequenos, levaram estes a buscarem proteção por parte dos governantes para que, através de políticas públicas, conseguissem manter-se sobrevivendo em suas atividades (ORTEGA, 2008).

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, surgiu como uma importante política de financiamento agrícola, atendendo, porém, apenas aos grandes produtores e excluindo de tais benefícios a maioria dos agricultores familiares (NUNES et al, 2015). O governo Sarney, compreendendo a importância desse segmento, realizou algumas tentativas frustradas por meio de políticas de apoio à agricultura familiar ao longo do tempo, a exemplo do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). Por essa razão, Mattei et al. (2006) afirmam que, de um modo geral, no início dos anos 1990, não havia nenhuma política pública direcionada aos agricultores do âmbito familiar, que era caracterizada de forma muito instrumental e imprecisa na burocracia estatal.

Nesse contexto, em 1996 o governo, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cuja

finalidade era garantir e disponibilizar crédito aos agricultores familiares que, até então, desprovidos de patrimônio e garantias bancárias, não tinham acesso ao crédito nas instituições financeiras. O PRONAF trouxe ao agricultor familiar acesso específico ao crédito, tendo como objetivo promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais e regionais. De acordo com o Manual Operacional do PRONAF (2000), tal política propõe fortalecer a agricultura familiar através do apoio técnico e financeiro, gerando empregos, proporcionando mais qualidade de vida ao pequeno produtor e promovendo desenvolvimento rural sustentável, que, segundo Veiga (2010, p.31), não pode ser considerado simplesmente como crescimento econômico quantitativo, “devendo ser entendido como processo de transformação da sociedade”.

Por tratar-se de um programa relativamente recente, o PRONAF passou por diversas mudanças em sua existência na busca da excelência no atendimento aos objetivos traçados, porém encontramos ainda fragilidades no ciclo que envolve a concessão do crédito. De acordo com dados do Banco Central do Brasil¹, ano a ano têm sido disponibilizados mais recursos destinados ao crédito rural, porém o crescente volume de recursos não se reflete em efetivo desenvolvimento socioeconômico nas regiões mais carentes. De acordo com a mesma fonte, apenas 8% das operações de crédito do PRONAF são realizadas na região Nordeste, enquanto 37% estão concentradas na região Sul do país. Tal realidade inquieta pesquisadores e organizações coletivas, promovendo discussões questionando se o não desenvolvimento nessas regiões se deve ao baixo volume de recursos proporcionalmente destinados ou à má gestão dos recursos por parte dos pequenos produtores tomadores do crédito.

A forma como o recurso é utilizado está diretamente relacionada com a forma de gerenciamento que o agricultor familiar beneficiado utiliza em seu empreendimento rural. Conhecer como se dá a utilização dos recursos concedidos através do PRONAF pode contribuir para a melhoria do fluxo de concessão e utilização do crédito.

Diante disso, para o presente estudo escolheu-se pesquisar o PRONAF B, voltado para agricultores de baixa renda, conferindo benefícios em termos de taxas de juros e bônus de adimplência, que, mesmo com condições diferenciadas, conta com índices de inadimplência que leva à indagação sobre onde estariam as dificuldades encontradas por esses agricultores em obter sucesso na implementação dos projetos apresentados na concessão do crédito.

O PRONAF se propõe a, através da concessão de crédito para o custeio e investimento, promover infraestrutura de produção econômica da agricultura familiar e

¹ Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?cred rural>. Acesso em 01/02/2016.

estimular a organização coletiva dos agricultores familiares, visando torná-los mais produtivos e competitivos na inserção de mercados. Infraestrutura essa que é composta não somente de inovações tecnológicas nos sistemas de produção, mas também pelo estímulo de um desenvolvimento produtivo voltado para o apelo da sustentabilidade, preservando seu principal meio de produção: a natureza.

Contudo, questiona-se se os índices de inadimplência, ausência ou insuficiência dos serviços de acompanhamento técnico, fragilidade de infraestrutura de produção e de organização coletiva, etc., podem sinalizar sintomas de uma deficiente aplicação de tais recursos, gargalos a serem superados na busca da promoção do desenvolvimento regional e territorial, tanto econômico, humano e ambiental.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como questão compreender de que forma os recursos são gerenciados pelos agricultores e como os mesmos percebem o PRONAF na promoção de desenvolvimento em seus empreendimentos?

2 OBJETIVOS

Diante da problemática apresentada, esta pesquisa utilizou-se de objetivos que conduziram o trabalho aqui exposto a responder a tal questionamento, conforme explicitados a seguir.

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como os agricultores familiares do território Açu-Mossoró utilizam os recursos concedidos pelo PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO, no período de 2009 a 2014.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Caracterizar o perfil dos tomadores de crédito através do PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO, no território Açu-Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte (RN), no período de 2009 a 2014.

Caracterizar o perfil das operações concedidas através do PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO, no território Açu-Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte (RN), no período de 2009 a 2014.

Identificar as estratégias de gestão utilizadas ao longo do processo de obtenção e utilização do crédito PRONAF B sob a metodologia do AGROAMIGO.

Conhecer a percepção dos agricultores familiares beneficiários do PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO, no período de 2009 a 2014 sobre a sua contribuição no desenvolvimento de seus empreendimentos rurais.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar está inserida em universo agrário complexo composto por diversas estratégias, variáveis econômicas, bem como interesses distintos. Diante disso, torna-se tarefa difícil definir a agricultura familiar de forma puramente econômica ou social, pela variedade de cenários onde a mesma está inserida. Pretende-se nesse capítulo apresentar os principais conceitos e características da agricultura familiar, bem como seu papel no cenário agrário brasileiro.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em seu último censo agropecuário realizado em 2006, utiliza como premissa para caracterização da agricultura familiar a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define como agricultor familiar aquele que utiliza como principal força de trabalho a mão de obra de sua família, obtendo sua renda principal predominantemente a partir de suas atividades agrícolas, dirigindo seu próprio empreendimento juntamente com seus familiares (IBGE, 2009).

Porém, mesmo diante de conceitos fechados como o utilizado em pesquisas como o Censo Agropecuário, ainda não há um conceito definitivo e consensual sobre o que é de fato a agricultura familiar, mas sim uma espécie de generalização de que o agricultor familiar é aquele sujeito que, juntamente com sua família, tem no trabalho da terra seu principal sustento, “abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 991).

Nesse contexto, a organização social e econômica, suas formas de produção e relações mercantis, estão intimamente ligadas aos laços existentes na família, influenciando sua forma de gestão de recursos, seus valores e identidade perante a sociedade. A família é o principal fator produtivo e de coesão social, posicionando-se diante do mercado destinando seus excedentes aos consumidores localizados nas proximidades, mas não deixando de lado o

autoconsumo e autoaprovisionamento, que lhe permite vender, trocar ou consumir, característica que lhe confere certa autonomia social e econômica na sociedade capitalista onde estão inseridos (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

A origem da agricultura familiar é vista de formas diferentes na literatura disponível. Segundo Altafin (2003), existem pelo menos duas linhas de pensamento sobre sua origem. Uma dessas vertentes compreende a agricultura familiar não como um fenômeno derivado da herança camponesa, mas como uma nova categoria, uma nova agricultura desenvolvida através das transformações das sociedades capitalistas.

Essa concepção sugere uma ruptura entre o agricultor camponês e o agricultor moderno, pois considera que este não seria uma adaptação do sujeito camponês, mas sim um novo sujeito no cenário agrário. Conforme afirma Abramovay (2012, p. 33), “uma agricultura altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser, nem de longe caracterizada como camponesa”.

A outra linha de pensamento concebe a agricultura familiar não como algo novo, mas como uma evolução do modelo camponês, incorporando diversas características e mantendo estreita relação com o campesinato. Segundo afirma Wanderley (2003), ao longo do tempo, o camponês tradicional, que tem em sua atividade um modo de vida, se vê em uma situação em que o exercício da sua atividade exige muito mais conhecimentos técnicos e que o saber passado através das gerações não é mais suficiente, tendo a modernização da agricultura, através do desenvolvimento das sociedades capitalistas, o transformado em um agricultor por profissão.

O campesinato, segundo Abramovay (2012, p. 82), pode ser identificado através de algumas características universais: “unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família, o uso intensivo de trabalho e a natureza patriarcal da organização social”.

Já Cardoso (1987 apud ALTAFIN, 2003, p. 7), apresenta quatro aspectos clássicos do conceito de agricultor camponês:

A primeira é um acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto. A seguir, o trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional. Uma terceira característica seria a autossustentabilidade combinada com a vinculação ao mercado, eventual ou permanente, onde o objetivo está na realização de trocas por produtos utilizados no consumo da família. Por último, um certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

No contexto apresentado, entende-se o modelo camponês como caracterizado pela produção familiar, detentora dos meios de produção, com objetivo de produzir tanto para o próprio consumo bem como para o mercado. O modelo de produção camponês permite ao agricultor escolher entre o autoconsumo e a disposição da produção para o mercado, sendo esse comportamento visto como uma espécie de parcialidade do campesinato em relação ao mercado.

Abramovay (2012) aborda esse comportamento parcial não como um isolamento social, mas como uma capacidade de estruturar a vida através de vínculos personalizados. Essa integração parcial ao mercado permite ao camponês uma flexibilidade, visto que parte de sua subsistência vem da própria produção, podendo a ele integrar-se ou retirar-se do mercado sem comprometer sua reprodução social.

Nessa linha de pensamento, Abramovay (2012) aponta estudiosos da questão agrária, como Kautsky, que previa uma extinção do modelo de produção familiar devido a uma incompatibilidade com o avanço técnico na agricultura, tendo suas teorias abolidas pela insistente sobrevivência do agricultor familiar até hoje. Conforme Abramovay (2012, p. 69) reforça:

O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento.

Wanderley (2003) reforça a necessidade de se considerar a capacidade de resistência e de adaptação apresentada pelos agricultores familiares frente aos novos contextos econômicos e sociais, observando que a presença da agricultura familiar na sociedade capitalista moderna não se deve apenas ao simples processo de reprodução do campesinato.

Nesse sentido da sobrevivência da agricultura familiar, pode-se trazer à luz a questão da pluriatividade do agricultor familiar, que se trata da estratégia familiar com o intuito de se manter de pé diante das consequências conjunturais da reestruturação produtiva pela qual passa a agricultura como um todo, conforme afirma Schneider e Nierdele (2007):

O fenômeno parece estar diretamente relacionado à nova configuração do espaço rural que se processa em decorrência da crescente mercantilização, a qual se estende a um vasto conjunto de esferas da vida econômica e social atribuindo interações humanas e materiais que ali se reproduzem valores mercantis que passam a regular o conjunto de estratégias desenvolvidas pelos agricultores. Por sua vez, a diversidade da agricultura e a forma heterogênea com que a pluriatividade se expressa estão parcialmente associadas à forma parcial e multifacetada com que ocorrem as relações entre os agricultores e os mercados.

Schneider e Nierdele (2007) consideram a dinâmica da pluriatividade podendo estar classificada nas seguintes formas: a) atividade agrícola + pluriatividade agrícola; atividade agrícola + pluriatividade não-agrícola; transferências sociais (aposentadorias, Bolsa Família, royalties, entre outros benefícios); e outras rendas de trabalho (coleta seletiva, transporte alternativo, serviço doméstico remunerado ou não, comércio informal, etc.).

Conforme afirma Schneider (2000), a pluriatividade e as rendas não-agrícolas são meios que permitem ao pequeno produtor garantir sua sobrevivência em meio ao mercado capitalista, além de permitir que se fixem no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999) e reduzir a incidência da pobreza no campo (KAGEYAMA e HOFFMAN, 2000).

Um processo de mudanças profundas na agricultura afeta a forma de produzir, porém observa-se que esse processo de modernização e integração ao mercado não aboliu o modelo familiar, tradicionalmente camponês. A lógica familiar permanece orientando a tomada de decisões desse agricultor, em proporções distintas, mantendo-o, de certa forma, ainda camponês, uma vez que a família permanece sendo o objetivo principal na definição de estratégias de produção e reprodução (WANDERLEY, 2003). Sobre esse surgimento da agricultura familiar contemporânea, afirma Abramovay (2012, p. 142):

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela, é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento.

Wanderley (2003) afirma que essa dificuldade em definir de fato a agricultura familiar estaria ligada ao perfil que se difundiu através da criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), levando alguns à conclusão de que o agricultor familiar seria aquele que se encaixa nos requisitos do programa, enquanto outros acreditam ser aquela camada de agricultores que são capazes de se adaptar às exigências do mercado, ao contrário dos “pequenos produtores”, seriam os agricultores chamados “consolidados”.

Segundo Schneider e Niederle (2008), até a década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era praticamente nula, uma vez que o termo normalmente empregado a esse segmento de trabalhador era o de “pequeno produtor” ou “produtor de subsistência”. Sua realidade veio à tona por meio dos movimentos sindicais que, em sua luta por melhorias de

condições de acesso a crédito, política de preços e regulamentação institucional, trouxe uma identidade a esse agricultor familiar.

O surgimento do termo “agricultura familiar”, nos movimentos sindicais da década de 1990, vem com o intuito de condensar as diversas categorias sociais, como assentados, arrendatários, entre outros, antes apenas identificados como “trabalhadores rurais” ou apenas como “pequenos produtores” (SCHNEIDER, 2006).

Segundo Altafin (2003), estudos realizados no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica (FAO/INCRA, 1996) conduziram à criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como legitimaram o conceito atual de agricultura familiar:

A partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Diante do exposto, podemos observar que a agricultura familiar se apresenta como um grupo heterogêneo, compreendendo desde agricultores familiares integrados ao mercado dispendo de modernizações em seu processo produtivo a trabalhadores rurais assalariados. Conforme sintetiza Altafin (2003): “a disseminação do termo agricultura familiar na década de 1990, assim como ocorreu com o camponês, nos anos 60, possibilitou a unificação de diversas situações, colocadas sob um mesmo guarda-chuva conceitual”.

Essa legitimação conceitual da agricultura familiar permitiu o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse segmento, a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a ser discutido no item a seguir.

Para a presente pesquisa, iremos nos utilizar da vertente de pensamento que defende o agricultor familiar tendo em sua origem o produtor camponês, segundo a linha defendida por Abramovay (2012).

3.1.1 Gestão na agricultura familiar

A agricultura familiar tem entre suas principais características a presença da família em todo o processo que envolve a produção, desde a gestão do estabelecimento até o envolvimento no processo produtivo propriamente dito. Nesse sentido, Lamarche (1998, p. 14) define a agricultura familiar como:

[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir em que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Sobre essa fusão entre empreendimento rural e a família, Robbins & Wallace (1992, apud Lourenzani, 2006) apontam a inseparabilidade do negócio familiar. Nesse tipo de empreendimento, emoção e sentimentalismo confundem-se com a objetividade e racionalidade, família e negócio se veem inseparáveis apesar da incompatibilidade desses dois componentes.

Batalha et al (2005) apontam que, com as inúmeras mudanças que o rural tem enfrentado diante da abertura dos mercados e a globalização, os agricultores familiares se veem em um cenário que exige participar e gerenciar um espaço de decisões e de ações muito mais complexo. Segundo o autor, os desafios gerenciais da agricultura familiar podem ser situados em dois níveis diferenciados: gestão de sistema e da propriedade.

O primeiro nível citado por Batalha et al (2005) está na necessidade de desenvolver as habilidades e ferramentas para lidar com as relações sistêmicas às quais os agricultores familiares são expostos, bem como suas relações com outros agricultores. O segundo nível diz respeito à gestão individual da propriedade. Nesse nível, as principais dificuldades estão ligadas a aspectos fundamentais da agricultura familiar, tais como: o baixo nível de educação formal dos agricultores; inadequação das ferramentas gerenciais existentes para a realidade da agricultura familiar; o insuficiente investimento em P&D nesse segmento; a falta de capital por parte dos agricultores familiares não permitindo acessarem e beneficiarem-se das modernas tecnologias de informação; além da falta de uma cultura que permita um ambiente propício à adoção de tecnologias de gestão.

Lourenzani (2006) afirma que muitos são os fatores que impactam o desempenho dos empreendimentos rurais, entre eles estão a elaboração de projetos para solicitação de crédito, a tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha na aquisição de tecnologias, a compra de insumos e a venda de produtos, o acesso a mercados, entre outros. Por vezes, do ponto de vista técnico, tratam-se muitas vezes de projetos mal elaborados, opções produtivas incoerentes, sendo um problema comum aos estabelecimentos rurais, particularmente na agricultura familiar. O autor afirma ainda que:

De maneira geral, lidar com essa complexidade de funções concomitantemente exige capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais, inclusive familiares. Tal deficiência provoca impactos negativos no desenvolvimento desse segmento e, conseqüentemente, na sua integração aos mercados mais dinâmicos. (LOURENZANI, 2006, p. 314)

Lima e Toledo (apud LOURENZANI, 2006) argumenta ainda a respeito da necessidade de adoção de uma postura voltada para a gestão da qualidade por parte dos pequenos produtores, porém o mesmo autor relata que a ausência desse tipo de postura está ligada diretamente a fatores tais como: a ausência de indicadores de desempenho, a falta de sistemática de avaliação da satisfação dos seus clientes, a falta de adoção de medidas preventivas, a não identificação de problemas potenciais, além da falta de atuação na causa dos problemas, levando à recorrência dos mesmos. Todos esses problemas apontados pelo autor poderiam ser minimizados a partir da adoção de mecanismos de gestão que permitissem a formação de um banco de dados e indicadores de desempenho que embasasse a tomada de decisão desses pequenos produtores.

Nesse contexto no qual está inserido o agricultor familiar, o crédito rural ainda é uma das principais fontes de recursos disponíveis aos pequenos produtores para que possam promover melhorias em seus processos produtivos e garantir a sua permanência no campo. Porém, muitas são as dificuldades enfrentadas por esses pequenos produtores no processo de obtenção e utilização do crédito, que podem ser atribuídas a diversos fatores, tais como escolaridade, cultura, nível de organização social entre outros. Sobre esses problemas, Mundo Neto e Souza Filho (apud LOURENZANI, 2006, p. 321) afirmam:

Sob essa perspectiva, entre os principais problemas relacionados ao crédito rural estão: a) desconhecimento sobre as oportunidades de crédito (assimetria de informação); b) dificuldades para avaliação das possibilidades, considerando os riscos e as condições de pagamento dadas as contingências da unidade produtiva (racionalidade limitada); c) atender às exigências ou restrições vinculadas a cada uma das possibilidades disponíveis; d) nenhum ou pouco relacionamento com os agentes financeiros governamentais ou instituições correlatas ao crédito rural, a exemplo das organizações que fornecem serviços públicos de extensão rural; e) enorme aversão aos riscos; f) indisponibilidade ou elevados custos relacionados ao seguro agrícola; g) incompatibilidade entre as instituições de crédito rural e os agricultores; h) custos relacionados ao tempo e deslocamento para obter informações e formalizar contratos de crédito.

O cenário atual exige do agricultor familiar muito mais do que o seu ancestral camponês poderia oferecer. Como afirma Abramovay (2012, p. 69), o agricultor familiar enquanto “ornitorrinco social (simultaneamente patrão, empregado, proprietário e arrendatário

de si próprio)”, se vê no centro de uma atividade econômica onde trabalho e gestão se veem estruturalmente integrados em torno dos vínculos familiares, necessitando desse agricultor uma gestão do seu estabelecimento rural apropriada às suas particularidades.

3.1.2 Administração Rural

Bateman & Snell (1998, apud LOURENZANI, 2006) afirmam que o ato de gerir uma empresa faz parte do processo que busca concretizar os objetivos organizacionais através do trabalho com pessoas e recursos. Nesse processo, estão entre as principais funções: o planejamento, onde se especificam os objetivos que se quer alcançar, bem como decidem-se as ações a serem tomadas para que se alcance essa finalidade; a implementação, onde são executadas as ações previamente planejadas, através da coordenação dos recursos disponíveis; e o controle, que busca garantir que os objetivos traçados sejam alcançados, através do monitoramento das atividades e correção dos desvios, caso ocorram.

Estes princípios básicos da administração, comumente aplicados a indústrias e comércios, também se aplicam aos estabelecimentos rurais, consideradas suas particularidades.

O funcionamento de um estabelecimento rural passa por uma estrutura complexa composta por muitas variáveis. O processo de tomada de decisão nas unidades produtivas tem como fatores determinantes a tecnologia e as informações disponíveis ao administrador. Porém, a tomada de decisão também sofre influência de fatores externos, tais como o ambiente institucional, as políticas públicas e, principalmente, as condições do mercado. Sobre isso Lourenzani (2006, p. 316) afirma:

Neste contexto, pode-se dizer que a gestão de uma empresa rural é um processo de tomada de decisão que avalia a alocação de recursos escassos em diversas possibilidades produtivas, dentro de um ambiente de riscos e incertezas característicos do setor agrícola. Independentemente de seu tamanho, o gerenciamento da propriedade rural é um dos fatores indispensáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável da propriedade como um todo.

De forma a incorporar o papel de administrador de seu estabelecimento rural, Lourenzani (2006) cita os principais processos gerenciais existentes na operacionalização do papel de administrador rural:

- Os processos de definição/identificação dos mercados a serem atendidos, da entrega/distribuição dos produtos e de atendimento aos clientes;

- Os processos de produção propriamente ditos, como quais os produtos a serem produzidos e em quais quantidades; e,
- O processo de suprimento da empresa, ou seja, a aquisição dos recursos necessários (naturais, físicos, financeiros, tecnológicos e humanos).

Diante disso, cabe ao agricultor familiar/administrador decidir sobre as questões essenciais de seu empreendimento rural, como o que produzir, quanto produzir, quando produzir, como produzir e para quem produzir. De forma a encontrar as respostas para essas questões, cabe ao administrador rural utilizar-se das ferramentas de suporte a gestão, como o planejamento e controle de produção, gestão financeira e de custos, gestão da qualidade e gerenciamento da comercialização (LOURENZANI, 2006).

Entretanto, Batalha et al (2005) afirma que, com raras exceções, a incorporação das práticas gerenciais na produção rural está longe de ser usual. Noções como planejamento e controle de produção, gestão da qualidade e redução de desperdícios, entre outras técnicas são vistas de forma preconceituosa e limitada em relação à sua importância nas atividades do estabelecimento rural.

Ainda é muito presente a ideia que o bom agricultor é aquele que cuida das tarefas exercidas na propriedade, envolvendo-se nas atividades mais práticas, em detrimento de atividades administrativas. Esse comportamento deve-se em parte à não-sensibilização dos agricultores familiares e de parte dos técnicos de assistência técnica, refletido na ênfase em cursos técnicos voltados para aspectos produtivos e na menor atenção à capacitação em atividades de gestão (BATALHA et al, 2005).

Batalha et al (2005) afirma que é unânime entre os estudiosos da agricultura familiar a constatação da baixa eficiência gerencial nesses empreendimentos rurais. Percebe-se a partir desses estudos que as atividades voltadas aos aspectos da produção são consideradas rotineiras nesses estabelecimentos, sendo raros os empreendimentos que se utilizam de instrumentos de gestão em aspectos comerciais e contábeis ou utilização de planilhas de acompanhamento de resultados. Esses pesquisadores observaram que até mesmo nos empreendimentos de maior grau de tecnificação produtiva ainda é insuficiente a utilização de técnicas de gerenciamento.

Esse cenário apresenta o grande desafio que a agricultura familiar enfrenta rumo ao aprimoramento em gestão. Qualquer sistema de gerenciamento, por mais simplificado que seja, exige um mínimo de formalização de registros, necessitando de um nível educacional básico. Embora, mesmo entre os mais escolarizados, percebe-se a ausência de uma cultura de

manutenção de registros escritos, dificultando a implementação de práticas de gerenciamento. Batalha et al (2005) afirma ainda que a eficiência na gestão dos recursos torna-se cada vez mais um requisito necessário para a sustentabilidade dos agricultores familiares, sendo necessário um enorme esforço na pesquisa e na capacitação desses agricultores em gestão. Gestão de sua unidade de produção, de suas associações e de sua integração com a cadeia produtiva.

Na busca de promover o desenvolvimento desses empreendimentos, incentivando as atividades inovadoras, as organizações coletivas e a capacitação desses agricultores, surge a política territorial como uma forma de promover um enfoque regionalizado, a partir de características e peculiaridades locais.

3.3 POLÍTICA TERRITORIAL

O Brasil é um país marcado por sua heterogeneidade, um país de dimensões continentais que apresenta grande diversidade entre regiões, principalmente no que se refere ao meio rural e suas especificidades. Tais especificidades provocam o desenvolvimento de disparidades que se refletem em desigualdades, sejam econômicas ou sociais, entre as regiões do país (NUNES et. al., 2015).

Sob essa perspectiva, o enfoque territorial surge como uma estratégia importante no âmbito das políticas públicas, trazendo mais do que simplesmente delimitações geográficas, o estabelecimento do território considera as identidades culturais, aspectos sociais e econômicos, configurando-se uma importante ferramenta com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais regionais e promover o desenvolvimento dessas localidades (JESUS e FERNANDES, 2015).

De acordo com Ortega (2007), a experiência conhecida como “Terceira Itália” tornou-se uma referência no cenário das estratégias de desenvolvimento local e regional no mundo inteiro. Diante dessa e de outras experiências bem-sucedidas, as organizações internacionais, principalmente o Banco Mundial, passaram a incentivar a formação de arranjos territoriais como forma de promover um desenvolvimento endógeno e autônomo nessas localidades.

A política territorial foi formalmente instituída em 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), adotando a estratégia de territorialização do desenvolvimento rural, operacionalizado pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que teve

início em 2004 com 65 territórios (NUNES et. al., 2015). Para conceituar a ideia, o SDT/MDA define território da seguinte forma:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL – MDA/SDT, 2010, s/p).

Segundo Ortega (2008), a principal estratégia de atuação da SDT é promover ações de forma descentralizada valorizando os potenciais endógenos locais no processo de desenvolvimento desses territórios. A ideia é, por meio da formação de novos arranjos intermunicipais, unir os municípios em um projeto de desenvolvimento territorial, estimulando iniciativas que contribuam com as necessidades de investimento público, de forma a integrar ações que envolvam associativismo, comercialização e capacitação.

Ortega (2007) aponta quatro fatores pelos quais o tema territorial emergiu no Brasil: a) fortalecimento das forças locais na luta pela redemocratização do país; b) a Constituição de 1988, que trouxe uma maior descentralização das políticas públicas; c) a desregulamentação da economia; e d) a recomendação das agências multilaterais.

Em 2008, foi criado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), tendo como principal objetivo trazer dinamismo às economias das regiões que apresentam alto índice de pobreza, economia agrícola baseada na mão de obra familiar de realidade precária e reduzido acesso a políticas públicas, abrangendo 120 territórios no país inteiro (NUNES et. al., 2015). Conforme afirma Leite (2010, p. 115), o programa foi instituído com a justificativa de que “alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas”.

Os Territórios da Cidadania estão sendo estabelecidos pelos Territórios Rurais e sendo alvo de priorização os territórios denominados deprimidos (ORTEGA, 2008). Portanto, o processo de priorização e incorporação ao Programa Territórios da Cidadania pressupõe o atendimento dos seguintes requisitos:

Possuir os menores IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação (ORTEGA, 2008, p. 170)

Ortega (2008) afirma ainda que o Programa Territórios da Cidadania difere dos outros programas de enfoque territorial por sua concepção e gerenciamento, não se resumindo a problemas pontuais, articulando ações que promovem desenvolvimento local e regional.

O Programa Territórios da Cidadania abrange 120 territórios no país inteiro, sendo 6 deles localizados no Rio Grande do Norte, a saber: Açu-Mossoró, Alto Oeste, Mato Grande, Potengi, Seridó e Sertão do Apodi, conforme informações disponibilizadas pelo programa².

Sob essa perspectiva da política territorial, a presente pesquisa se desenvolve, considerando tais peculiaridades que fazem dessas localidades um território, as singularidades de seus pequenos produtores, as características das cadeias produtivas que desenvolvem. Foi escolhido dentre os seis territórios existentes no Rio Grande do Norte o território Açu-Mossoró, tendo em vista sua relevância dentre os demais.

3.4 PRONAF

Em 1994, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em cooperação com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), realizou um estudo que tinha por objetivo propor políticas destinadas à agricultura familiar. Entre os resultados mais relevantes do estudo está a constatação de que 75% dos estabelecimentos rurais brasileiros possuíam características de produção familiar, representando 22% da área total, mantendo 60% do pessoal ocupado e detendo 28% do total da produção agropecuária brasileira (ORTEGA, 2008).

Além dessa constatação, observou-se ainda que, em relação aos financiamentos agrícolas, 44,5% dos estabelecimentos beneficiados eram de produção familiar, captando, porém, apenas 11% do valor total dos recursos destinados. Tal fato sinalizava que a agricultura familiar necessitava de uma política de crédito específica, há muito reivindicada pelos movimentos sindicais (ORTEGA, 2008).

De modo geral, segundo Schneider et al (2004), até o início da década de 1990 não existia nenhuma política pública com abrangência nacional que fosse voltada para atender demandas da agricultura familiar, lembrando ainda que nesse período o segmento enfrentava grandes dificuldades em virtude da crise da segunda metade dos anos 1980, via-se debilitado diante da nova conjuntura econômica e social caracterizado pelo movimento de abertura comercial e desregulamentação dos mercados.

² Disponível em www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em 22/01/2017.

Foi na década de 1990 que ocorreram os principais fatores propulsores das mudanças dos rumos do desenvolvimento rural. Movimentos sindicais rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passaram a se organizar e direcionar suas lutas com o propósito de reivindicar apoio por parte dos governantes aos agricultores familiares, segmento que estava sendo diretamente afetado pelo processo de abertura comercial pelo qual o país passava. Reivindicações que, em 1995, passaram a ser conhecidas como “Grito da Terra” (SCHNEIDER et al, 2004).

Em resposta às reivindicações dos movimentos rurais, em 1996, foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o objetivo de promover qualidade de vida aos agricultores familiares, através da elevação da capacidade de produção, gerando empregos e melhorando a renda das famílias por meio de um desenvolvimento sustentável (ORTEGA, 2008). Conforme explica o Manual do Crédito Rural³ disponibilizado pelo Banco Central do Brasil:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não-agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. (Res. 4.107).

Segundo Abramovay e Piketty (2005), um dos pontos principais a serem observados acerca do PRONAF é que, desde sua concepção, o programa não foi construído com o intuito de atender a necessidades setoriais de um segmento em particular. Bianchini (2015, p. 37) evidencia o caráter participativo do processo de construção do programa:

A construção do PRONAF desde o seu início se deu de forma participativa, em um movimento de baixo para cima, envolvendo as organizações dos agricultores, mediante mobilizações (Grito da Terra, Marchas, Mutirões...) em constante diálogo com os gestores da política pública, responsáveis pelo PRONAF.

A criação do PRONAF procura atender não somente necessidades sociais, mas também, e ao mesmo tempo, promover a viabilidade econômica de estabelecimentos produtivos cujo tamanho esteja ao alcance da capacidade produtiva de uma família. Abramovay e Piketty (2005) consideram que, em um país tradicionalmente latifundiário e escravocrata, que na formação de suas políticas agrícolas tomava por grande relevância as

³ Disponível em <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em 27/01/2016.

grandes propriedades, tornava-se de extrema necessidade a criação de uma política pública que valorizasse aqueles que até então só tinham acesso, no máximo, a programas compensatórios.

O PRONAF tem como objetivo explícito propiciar geração de renda dos agricultores familiares através da concessão de crédito bancário. Abramovay e Piketty (2005, p. 58) apontam como contradição básica que acompanharia o programa durante toda sua existência: “incapaz de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas, o público do programa não faz parte, evidentemente, da clientela convencional dos bancos”.

Schneider et al (2004, p. 3), citando o Manual Operacional do PRONAF, afirma que o programa tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar, através do apoio técnico e financeiro, promovendo o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral está em “fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais; e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares”. De forma a complementar os propósitos do programa, quatro objetivos específicos foram estabelecidos:

- a) Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) Viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- c) Elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e gestão social;
- d) Estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

De modo a delimitar o público-alvo do programa, atualmente, segundo o Manual de Crédito Rural⁴, são beneficiários do programa agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

- a) Explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas;
- b) Residam no estabelecimento ou em áreas próximas;
- c) Não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais;
- d) Possuam, no mínimo, 50% da renda bruta familiar oriunda da exploração de atividades agropecuárias e não-agropecuárias do estabelecimento;

⁴ Disponível em <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em 28/01/2016.

- e) Utilizem predominantemente a mão de obra familiar, podendo, no entanto, manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas no estabelecimento;
- f) Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de até R\$ 360.000,00.

O PRONAF, uma vez constituído, estabeleceu três principais linhas de financiamento: capacitação, infraestrutura e serviços, e crédito. Cada uma dessas modalidades possui uma lógica de operacionalização particular, sendo as duas primeiras orientadas pelos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), estes elaborados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), de constituição obrigatória por parte dos municípios selecionados, tratando-se, portanto, de recursos voltados para a comunidade rural municipal. A modalidade Crédito, por sua vez, tem caráter individual, concedido através de instituições bancárias com base em projetos elaborados pelos agricultores familiares proponentes (ORTEGA, 2008).

O PRONAF Capacitação tem por objetivo capacitar e habilitar os agricultores familiares no levantamento de demandas de crédito, obedecendo a algumas prioridades, vindo a definir ações para que essas demandas identificadas sejam atendidas, bem como atuando na elaboração e monitoração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (SCHUHMANN, 2012). Segundo Ortega (2008), além da capacitação para atuar politicamente nesse espaço representado pelo CMDRS, pretende-se também qualificá-los tanto para a adoção de técnicas apropriadas para a produção agropecuária, como também para promover uma maior inserção em mercados e serviços não-agropecuários, a exemplo do artesanato ou turismo rural.

Já o PRONAF Infraestrutura e Serviços tem como objetivo, segundo Schuhmann (2012, p. 46), “estimular a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infraestrutura e serviços públicos municipais necessários ao fortalecimento da agricultura familiar”. Essa modalidade tem por público-alvo os municípios mais carentes, selecionados a partir de critérios previamente estabelecidos, tais como a constituição de um CMDRS, bem como a elaboração de um PMDRS. Dessa forma, essa modalidade procura promover melhorias nos canais de escoamento, na promoção do acesso a tecnologias, bem como permitir maior competitividade no mercado, podendo assim contribuir para a superação de dificuldades que estejam retardando ou impedindo o desenvolvimento de localidades onde a agricultura familiar seja predominante.

O PRONAF Crédito, modalidade que será explorada na presente pesquisa, tem por finalidade conceder apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias, através da concessão de crédito por meio de instituições financeiras, conforme podemos ver no item a seguir (SCHUHMANN, 2012).

3.4.1 PRONAF Crédito

Segundo Ortega (2008), o principal propósito dessa modalidade é o apoio financeiro aos agricultores familiares e suas associações que exploram atividades agropecuárias e não-agropecuárias, tendo, porém, uma lógica diferenciada das demais modalidades apresentadas anteriormente, uma vez que tem um viés mais convencional sendo realizada diretamente entre a instituição financeira e o demandante do crédito. Não há nessa modalidade direcionamento de recursos no que se refere a prioridades regionais de atendimento, prevalecendo as regras de liberação que definem o público-alvo da modalidade do programa.

O PRONAF Crédito promove a liberação de recursos voltados para três tipos de financiamento da produção:

- Custeio, que financia atividades agropecuárias e não-agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção;
- Investimento, que se destina a financiar atividades agropecuárias e não-agropecuárias para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços; e
- Crédito para integralização de cotas-partes, que tem por finalidade financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias formadas por beneficiários do PRONAF.

Visando estabelecer regras específicas para as concessões de crédito para financiamento da produção, foram criadas categorias para enquadrar os diversos tipos de agricultores familiares. De acordo com Schneider et al (2004), essa diferenciação por categorias foi decorrente de estudo realizado pelo convênio FAO/INCRA em 1999, que recomendou realização de segmentação dos agricultores familiares de acordo com sua renda bruta familiar anual. A partir dessa estratificação, foi possível criar diferenciações de limites, taxas de juros, rebates e volumes de crédito, bem como critérios de avaliação e monitoramento (BIANCHINI, 2015). Por diversas vezes os critérios que delimitam as

categorias em que se enquadram os agricultores familiares foram alteradas, apresentamos aqui os atuais critérios para tais categorias conforme o Manual de Crédito Rural⁵:

- Grupo A: abrange agricultores familiares beneficiados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que não contrataram operação de investimento junto ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou valor de crédito investimento para estruturação;
- Grupo B: este grupo abrange agricultores familiares cuja renda familiar bruta anual não seja superior a R\$ 20.000,00 e que não mantenham trabalho assalariado permanente;
- Grupo A/C: contempla os agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que tenham contratado sua primeira operação no Grupo “A” e que não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.

A segmentação dos agricultores familiares em grupos segundo suas características permitiu ao poder público desenvolver linhas de crédito com características, taxas de juros e prazos diferenciados que atendessem às necessidades específicas de cada um desses segmentos. Atualmente, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁶, o PRONAF dispõe de variadas linhas de crédito conforme apresentamos a seguir:

- PRONAF Custeio: linha de crédito destinada ao financiamento de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no programa;
- PRONAF Mais Alimentos – Investimento: tem por finalidade o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não-agropecuários, no estabelecimento rural ou áreas rurais próximas;

⁵ Disponível em <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em 28/01/2016.

⁶ Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>. Acesso em 30/01/2016.

- PRONAF Agroindústria: linha para financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária ou não-agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
- PRONAF Agroecologia: destinada ao financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
- PRONAF Eco: financia investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida;
- PRONAF Floresta: financia investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- PRONAF Semiárido: linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida;
- PRONAF Mulher: financia investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora;
- PRONAF Jovem: financia investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras;
- PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros;
- PRONAF Cota-parte: financiamento de investimentos para integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento;
- Microcrédito Rural: destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, podendo os créditos

cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares enquadradas nos Grupos A ou C.

Para a presente pesquisa, iremos nos deter na linha de crédito compreendida pelo Microcrédito Rural, conforme será mais detalhado no item a seguir.

3.4.2 Microcrédito Rural – PRONAF B

O que se convencionou hoje em dia chamar de microcrédito é o resultado da experiência ousada de um professor de economia de Bangladesh, Muhammad Yunus, que, na década de 1970, colocou em funcionamento naquele país um banco privado que realizava operações de empréstimos de baixo valor a pessoas pobres, o *Grameen Bank*.

Essa experiência, internacionalmente conhecida, revelou-se um sucesso na concepção de um modelo de concessão de crédito de pequenos montantes – daí *microcrédito* – aos mais pobres, sem acesso ao sistema financeiro formal (Yunus, 2011). O microcrédito passou então a ser implementado em várias instituições ao redor do mundo, seguindo basicamente o modelo e a experiência do *Grameen Bank*.

No conceito de Yunus (2011), o microcrédito é dirigido às populações pobres ou muito pobres, caracterizadas pela absoluta falta de acesso a crédito. Nesse conceito, o microcrédito se caracteriza como uma política de combate à pobreza, e não exatamente como uma política de financiamento. Difundiu no mundo a ideia do microcrédito e dos benefícios que sua implementação traz para a economia mundial.

O microcrédito surge como uma opção de serviço financeiro em prol de objetivos sociais específicos, propondo ações sociais que não visem apenas a filantropia, mas a possibilidade de prover aos micro e pequenos empreendimentos condições de exercer seu próprio negócio e gerar sua própria renda, auxiliando camadas sociais pobres a sair da extrema pobreza no mundo todo.

O objetivo do microcrédito é levar crédito para as pessoas que ainda não tiveram acesso às instituições financeiras formais, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais com geração de ocupação e renda e inserir os microempreendedores no mercado formal. O microcrédito é a modalidade de financiamento direcionada a negócios de pequeno porte. O seu objetivo é viabilizar oportunidades de negócios em camadas sociais de menor renda. Segundo define Neri (2008, p. 29):

Microcrédito são os empréstimos de baixo valor concedidos a pessoas de baixa renda. O microcrédito se encaixa no campo das microfinanças e envolve o fortalecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, abarcando apenas o setor de empréstimos, esses empréstimos têm como alvo os clientes microempreendimentos.

O PRONAF, desde sua criação, vem passando por mudanças constantes na busca de atingir seu principal objetivo de fortalecer a agricultura familiar. A cada Plano Safra, novas modificações são realizadas, desdobramentos naturais e passíveis a essa política pública (BIANCHINI, 2015).

Conforme os agricultores familiares, as instituições financeiras e os demais órgãos envolvidos experimentam o processo de concessão de crédito, a dinâmica do programa vai sendo modificada conforme novos cenários econômicos surgem, necessidades novas são demandadas por parte dos beneficiados, de forma que a política pública esteja em constante metamorfose (BIANCHINI, 2015).

A linha de microcrédito rural, também conhecida como PRONAF B, é resultado desse processo de aprimoramento do programa, tendo sido criado em 2000 com o intuito de combater a pobreza rural. Segundo o MDA, essa linha de crédito é estratégica para os agricultores pobres no sentido de que valoriza seu potencial, permitindo a essas pessoas se estruturarem e diversificarem a sua unidade produtiva (BIANCHINI, 2015).

Segundo Bianchini (2015), na safra 2014/2015, dos R\$ 23,95 bilhões aplicados no PRONAF, a região Nordeste tem aplicado 15% do volume dos recursos do programa tendo realizado 49% dos contratos, estes concentrados principalmente no Microcrédito Rural B, demonstrando assim a relevância da linha de crédito em uma região do país que muito carece de desenvolvimento.

Segundo o MDA (BRASIL, MDA, 2000), o PRONAF B é direcionado a famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Devendo possuir renda bruta anual de até R\$ 20 mil, sendo que no mínimo 50% desta renda deve ser proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento rural. A operacionalização da linha de crédito é realizada através de recursos do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Segundo dados disponibilizados pelo MDA⁷, para que o agricultor tenha acesso ao crédito, a família precisa possuir: a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que pode ser obtida, de forma gratuita, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou na Emater (Empresa

⁷ Disponível em www.mda.gov.br. Acesso em 07/02/2017.

Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural); a proposta simplificada de crédito, que pode ser obtida com a ajuda do técnico de extensão rural ou do assessor de crédito (sua elaboração devendo ser realizada com a participação da família); e o CPF regularizado. Todos esses documentos devem ser encaminhados à instituição financeira para contratação do crédito.

O PRONAF B está sendo disponibilizado também por meio do Microcrédito Rural Orientado, permitindo aos agricultores acesso a valores mais elevados de crédito. O programa de Microcrédito Rural Orientado aplica a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), criado pelo governo federal em 2005, instituído pela Lei 11.110.

Conforme o MDA (BRASIL, MDA, 2000), os agricultores que acessam o PRONAF B através do Microcrédito Produtivo Orientado têm direito à assistência técnica no âmbito das parcerias celebradas entre a SFA/MDA e as instituições públicas e organizações não-governamentais de extensão rural, tendo por objetivo assegurar a ampliação do atendimento desses agricultores de forma gratuita e em concordância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

A forma de atendimento é orientada pela SAF/MDA, por intermédio da divulgação da Portaria nº 60 e de cursos de capacitação de técnicos de extensão rural. Seu objetivo principal é assegurar a oferta de assistência técnica a partir de três momentos presenciais entre os técnicos e os agricultores (diagnóstico, orientação e avaliação) e sensibilizar os técnicos para utilizem de uma abordagem diferenciada no atendimento ao público do microcrédito rural, visto sua realidade socioeconômica (BRASIL, MDA, 2000).

O papel dos técnicos de extensão rural é de suma importância nas decisões da família quando do acesso ao Microcrédito Rural, bem como no acompanhamento da aplicação desses recursos na implementação ou no incremento das atividades financiadas. Os técnicos devem assessorar as famílias: escolhendo atividades que gerem renda e garantam segurança alimentar; assegurando formas de inserção nos mercados locais e regionais, incluindo mercados institucionais, a exemplo da alimentação escolar e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal; prestando assistência técnica e orientação para a boa implantação e desenvolvimento dos projetos, de forma que obtenham resultados positivos (MDA, 2000).

Para o Plano Safra 2015/2016, o Microcrédito Rural apresenta as seguintes condições, conforme a Tabela 1:

Quadro 1 - Condições de Crédito Safra 2015/2016

LINHA	PÚBLICO	MODALIDADE	FINALIDADE	CRÉDITO/TETO	JUROS	BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	PRAZO
PRONAF B	Agricultores (as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 20 mil	Investimento	Investimento para atividades agropecuárias e não agropecuárias	R\$ 2,5 mil por operação (até R\$ 4 mil, quando utilizar a metodologia do PNMPO).	0,5% a.a.	25% - aplicados em cada operação até o valor acumulado de R\$ 7,5 mil (R\$ 12 mil, com PNMPO) 40% - nos municípios do semiárido da área da Sudene, quando adotada a metodologia PNMPO	Até 2 anos.

Fonte: Plano Safra 2015/2016

Diante das informações do Quadro 1, percebe-se que o PRONAF B, destinado a agricultores de baixa renda, é concedido com fins de investimento em atividades agropecuárias e não-agropecuárias a juros baixíssimos e, mesmo sendo um crédito considerado barato e sem exigências de garantias reais ou fidejussórias, confere ainda o benefício de um bônus de adimplência de no mínimo 25% aos agricultores que realizarem a liquidação do contrato dentro das datas acordadas. O agricultor toma um valor de crédito diretamente com a instituição financeira, sem taxas extras ou garantias, e quando da liquidação na data acordada paga um valor inferior ao valor concedido inicialmente.

Nesse contexto, em que se considera o louvável papel do PRONAF B na luta contra a pobreza rural, problemas conjunturais foram observados ao longo dos anos, sobretudo no que tange assistência técnica abaixo do esperado, baixa capacitação, bem como os índices de inadimplência do programa. Corroborando com esse cenário, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) realizou estudos sobre o programa em 2009, concluindo que, apesar dos efeitos benéficos que o programa traz aos agricultores, há problemas no histórico do programa, por exemplo, os elevados índices de inadimplência, sobretudo no PRONAF B.

Sobre os problemas enfrentados pelo programa no que se refere à inadimplência, o estudo do IICA (2009) apresenta possíveis motivos apontados como contributivos a esse cenário, tais como: o insucesso das atividades financiadas devido a intempéries climáticas; a assistência técnica ineficiente ou ausente; a baixa capacitação das pessoas enquadradas como público-alvo; ou até mesmo fatores mais graves, como o desvio da finalidade do crédito por parte dos agricultores beneficiados, seja por má fé ou por grave carência financeira para aquisição de alimentos para sustento da família.

Conforme abordam Guedes e Carvalho (2016), muitos são os gargalos ainda presentes na operacionalização do PRONAF B para que se possa verdadeiramente afirmar que o programa se desenvolve de forma eficaz. A partir de um levantamento entre estudos já

existentes, bem como através da pesquisa realizada pelos autores, foi possível identificar as principais dificuldades encontradas, sob a perspectiva do agricultor familiar tomador do crédito, durante o processo de concessão de forma generalizada, conforme é explanado a seguir:

- a) Emissão da DAP: a DAP, documento fundamental à iniciação do processo de concessão de crédito, emitida por órgãos específicos credenciados ao MDA, é indicada como um dos gargalos encontrados no processo do crédito, normalmente estando relacionada à qualidade do atendimento prestado por essas instituições;
- b) Divulgação do programa: o processo de divulgação das informações relacionadas ao PRONAF é outra dificuldade percebida pelos agricultores familiares. A dificuldade de obtenção de informações sobre o programa pode apontar um dos fatores da falta de acesso de muitos agricultores familiares ao crédito;
- c) Atendimento bancário: a questão do atendimento das agências bancárias é listada como uma das dificuldades percebidas não só sob a perspectiva de qualidade do atendimento prestado pelos servidores, mas também pelo número de agências disponíveis nas localidades que, aliado à burocracia do processo, torna oneroso e lento ao pequeno produtor dar andamento ao seu processo de crédito;
- d) Burocracia bancária: essa dificuldade, relacionada à apresentada no item anterior, merece um detalhamento devido ao poder de oneração do processo de crédito. Dentro dessa perspectiva, entra não somente a questão de levantamento de documentos exigidos pelas instituições financeiras, mas também as exigências de garantias, fiadores, etc., feitas pelas instituições como forma de proteção da inadimplência, acabam por tornar lento e oneroso o processo, levando muitas vezes à desistência por parte do pequeno produtor. Os autores ressaltam ainda que se percebe que a percepção da burocracia é relativa à experiência desse agricultor familiar em relação ao crédito, onde indivíduos que já obtiveram o crédito por mais vezes tendem a encontrar cada vez menos dificuldades, bem como a participação de organizações coletivas, tais como cooperativas e associações, levam a tornar o processo menos burocrático.
- e) Tempo de liberação do recurso: este fator está relacionado aos dois itens anteriores, porém deve-se tratá-lo de forma individualizada frente as consequências percebidas pelos beneficiários diante de sua ocorrência. A demora

para conclusão do processo de concessão de crédito está relacionada diretamente com a burocracia e atendimento bancário, que por muitas vezes extrapolam os prazos estabelecidos para conclusão do processo. Esse atraso, para agricultores em sua maioria descapitalizados, traz prejuízos aos mesmos antes mesmo do recebimento do crédito, visto que as idas e vindas às agências bancárias e levantamento de documentos incorrem em custos para os mesmos. Além da perspectiva de custos dessa espera, há ainda a questão do período de plantio de muitas culturas, onde muitas vezes essa demora da obtenção do recurso pode resultar em comprometimento da produção.

- f) Montante liberado: os autores trazem ainda o valor do montante liberado como uma das dificuldades percebidas pelos agricultores familiares junto a todos os entraves anteriormente mencionados, quando da conclusão do crédito, o valor é considerado na maioria das vezes insuficiente às necessidades dos pequenos produtores beneficiados.

Conforme os estudos de Guedes e Carvalho (2016), muitas dessas dificuldades encontradas pelos agricultores familiares poderiam ser reduzidas se os atores envolvidos no processo como um todo exercessem seus papéis de forma mais eficiente e eficaz.

Segundo Aquino e Bastos (2015), o PRONAF B enfrentou grandes problemas relacionados a inadimplência, que levou a um processo de reformulação e aprimoramento que culminou na criação do programa AGROAMIGO.

3.4.2.1 Programa AGROAMIGO

Segundo Nunes (2015), até o ano 2000 o PRONAF B passava por problemas sérios em sua operacionalização que conduziram a um quadro de elevados índices de inadimplência. Esses problemas foram atribuídos à deficiência quanto à orientação desses agricultores familiares beneficiários do programa na obtenção do crédito, bem como no acompanhamento do desenvolvimento desses empreendimentos.

Com o intuito de dirimir essas distorções encontradas na metodologia utilizada pelo PRONAF B na região Nordeste, o Banco do Nordeste criou em 2005 o Programa de Microcrédito Rural Orientado (AGROAMIGO), que se utiliza de uma metodologia de concessão de crédito baseada no Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), financiando atividades agrícolas e não-agrícolas, contando com a atuação de

assessores de microcrédito que orientam o processo de concessão do crédito prestando atendimento personalizado, com a finalidade de estimular a inclusão produtiva dos agricultores familiares beneficiários do PRONAF B. Conforme afirmam Aquino e Bastos (2015, p. 143), o AGROAMIGO surge com a seguinte finalidade:

A proposta do novo programa é agilizar o processo de concessão de crédito, reduzir a inadimplência, melhorar a qualidade do atendimento e ampliar o número de beneficiários, com o propósito de gerar ocupação e ampliar a renda dos mesmos. (AQUINO e BASTOS, 2015, p. 143)

De acordo com o Banco do Nordeste (2008), o programa AGROAMIGO é mantido tendo como fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), havendo seu projeto piloto sido implantado nas agências de Floriano e Oeiras no Estado do Piauí. O programa é operacionalizado exclusivamente pelo Banco do Nordeste, presente em aproximadamente 170 agências bancárias da instituição, contemplando 517 municípios da região Nordeste do país, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Sobre a relevância do AGROAMIGO, Schröder (2012, apud AQUINO e BASTOS, 2015) ressalta o programa como sendo uma inovação institucional e instrumental que tem como objetivo equacionar os problemas metodológicos encontrados no PRONAF B convencional, realizando a concessão de crédito de forma orientada, sendo conduzida com um acompanhamento mais presente com o intuito de manter os índices de inadimplência sob controle, estimulando as unidades familiares de produção, permitindo uma diversificação das fontes de renda e promovendo a integração desses agricultores familiares com programas governamentais tais como o PNAE, PAA, Bolsa Família, assistência técnica, etc.

Segundo Aquino e Bastos (2015), a operacionalização do AGROAMIGO tem como figura central o assessor de crédito rural, que é um profissional ligado ao Instituto Nordeste Cidadania (INEC), que se trata de um órgão parceiro do Banco do Nordeste responsável pela implantação e gestão da nova metodologia, ao qual compete:

[...] a execução do Programa de Microcrédito Agroamigo, conforme plano de trabalho aprovado pelo Banco do Nordeste, zelando pela qualidade e eficiência das ações e serviços prestados, bem como assumindo a responsabilidade integral pela gestão administrativa, inclusive a contratação dos assessores de crédito e pessoal administrativo (SANTOS e GÓIS, 2011, p. 187)

A figura do assessor de crédito vinculado ao AGROAMIGO entra em cena como um profissional de múltiplas funções no processo de concessão do crédito. Segundo Abramovay (2012, apud AQUINO e BASTOS, 2015), esses profissionais atuam em diversas frentes:

prospectam a clientela, transmitem-se as diretrizes do programa, elaboram as propostas de crédito e envidam esforços no acompanhamento da adimplência dos créditos concedidos. Abramovay (2008) reforça ainda que o profissional assessor de crédito é um técnico agrícola da própria região e conhecedor da comunidade que, dentro da metodologia do AGROAMIGO, realiza visitas ao agricultor familiar tomador do crédito antes da formalização da assinatura do contrato. O processo de concessão de crédito permite a construção de uma relação de proximidade entre as partes, passando a existir um compromisso de pagamento da dívida não com uma instituição financeira impessoal e longínqua, mas no âmbito de uma relação de reciprocidade entre a figura de quem concede e o indivíduo que toma o crédito.

Abramovay (2008) ressalta ainda a relevância da figura do assessor de crédito na comunidade, por muitas vezes vem a representar para o agricultor familiar atendido uma espécie de assistência técnica, conforme afirma:

O assessor de crédito traz ao agricultor informações básicas a respeito de higiene animal e de organização econômica que faz toda a diferença no momento da utilização do crédito. Ele não é um extensionista e não substitui o que deve fazer a assistência técnica. Mas o assessor de crédito injeta conhecimento no interior da unidade produtiva que – embora de maneira simples, com conselhos elementares – contribui à viabilidade de atividades econômicas ao alcance das capacidades locais. (ABRAMOVAY, 2008, p. 25)

Porém, um outro lado da figura do assessor de crédito é abordado por Aquino e Bastos (2015) em relação a sua forma de atuação, uma vez que esses profissionais são remunerados com base em metas quantitativas e pela qualidade de sua carteira de crédito, que necessita manter níveis reduzidos de inadimplência. Estes aspectos de sua atuação não deixam dúvidas quanto a sua contribuição para a expansão das operações de crédito e para a manutenção da solidez da carteira de crédito, porém é questionada a sua capacidade de incentivar a diversificação das atividades produtivas atuando para reduzir a vulnerabilidade desses agricultores familiares (AQUINO e BASTOS, 2015).

Aquino e Bastos (2015) ressaltam ainda em seu trabalho a presença marcante do financiamento a atividades pecuárias tradicionais, afirmando que apesar de o Banco do Nordeste reconhecer a importância da diversificação das atividades e fontes de renda, seus assessores de crédito têm se mostrado incapazes de reorientar esses agricultores familiares no sentido de estimular novas cadeias produtivas.

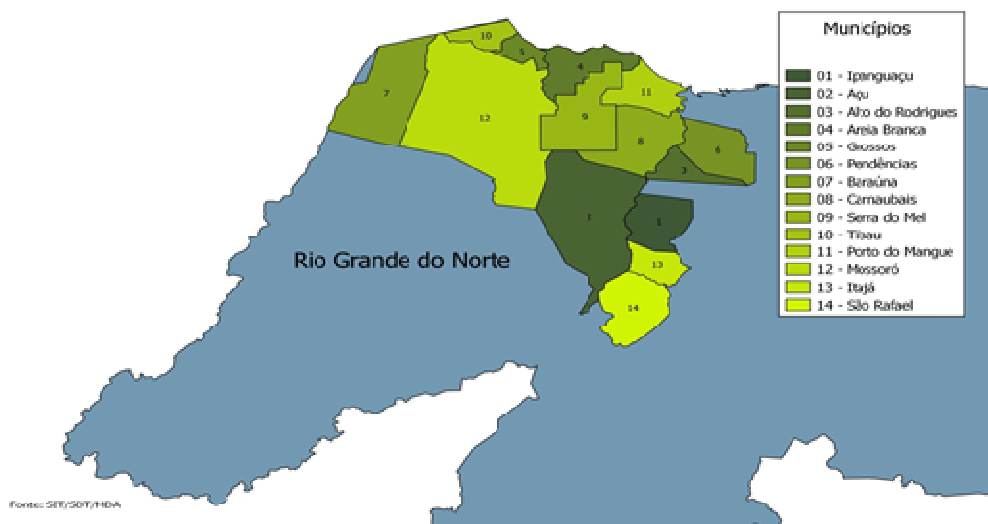
Pode-se conceber a partir da discussão realizada no presente trabalho a relevância do avanço observado no âmbito do PRONAF B com o advento do Programa AGROAMIGO, representando para o agricultor familiar mais oportunidades de desenvolvimento.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 LOCAL DA PESQUISA

O Território da Cidadania Açú-Mossoró, localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 7.974 km² e agregando, segundo o último censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população de 455.521 habitantes, foi escolhido por se tratar de uma área relevante na economia do estado, acolhendo muitos empreendimentos agrícolas. O território, como mostra a Figura 1, é constituído por 14 municípios, a saber: Assú, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau, sendo essa delimitação geográfica estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT (PTDRS, 2010).

Mapa 1 - Municípios que compõem o Território Açú-Mossoró



Fonte: SIT/SDT/MDA, 2015.

Segundo o Plano Territorial do Desenvolvimento Sustentável (2010, p.5), o território trata-se de “um espaço geográfico em que há uma interação entre diversos aspectos sejam eles ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos”. O território Açú-Mossoró conta com

uma área de 7.974 km² (PTDRS, 2010), com uma população de 489.498 habitantes, segundo dados do MDA⁸.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para a presente pesquisa se utilizou como base a abordagem qualitativa, buscando “descrever, compreender e explicar comportamentos, discursos e situações” (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p. 85), analisando o contexto do problema em profundidade, permitindo entender as particularidades dos indivíduos pesquisados (DIEHL, 2004).

Quanto aos fins, a pesquisa se classifica como exploratória e descritiva. A primeira, segundo Gil (2010, p. 27), “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A segunda tem como objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência (GIL 2010), expondo características peculiares de determinada população ou fenômeno (VERGARA, 2011), buscando compreender as muitas situações e relações que acontecem nos diversos comportamentos humanos, ainda que de forma isolada ou em comunidades complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa de campo por atuar na observação de um determinado local e/ou situação, exigindo técnicas de coleta de dados apropriadas à natureza do tema (VERGARA, 2011).

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são os agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF B operacionalizado pelo programa AGROAMIGO nas localidades pertencentes ao território Açu-Mossoró. A localização e acesso dos sujeitos pesquisados foi intermediada pelos representantes do programa AGROAMIGO das agências que abrangem os municípios pertencentes ao território Açu-Mossoró (RN).

Foram entrevistados 05 agricultores familiares que tenham utilizado recursos do PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO, no período estudado em cada um dos 14

⁸ Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a-C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>, acesso em 24/09/2015.

municípios do território Açu-Mossoró que tenham recebido crédito e que permanecem atuantes na atividade agropecuária.

Como forma de facilitar a compreensão no decorrer da pesquisa, os sujeitos estão codificados conforme exposto no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Apresentação dos sujeitos pesquisados

Município	Codinome
Assú	Entrevistado-Assú1
	Entrevistado-Assú2
	Entrevistado-Assú3
	Entrevistado-Assú4
	Entrevistado-Assú5
Areia Branca	Entrevistado-Areia Branca 1
	Entrevistado-Areia Branca 2
	Entrevistado-Areia Branca 3
	Entrevistado-Areia Branca 4
	Entrevistado-Areia Branca 5
Alto do Rodrigues	Entrevistado-Alto do Rodrigues1
	Entrevistado-Alto do Rodrigues2
	Entrevistado-Alto do Rodrigues3
	Entrevistado-Alto do Rodrigues4
	Entrevistado-Alto do Rodrigues5
Baraúna	Entrevistado-Baraúna1
	Entrevistado-Baraúna2
	Entrevistado-Baraúna3
	Entrevistado-Baraúna4
	Entrevistado-Baraúna5
Carnaubais	Entrevistado-Carnaubais1
	Entrevistado-Carnaubais2
	Entrevistado-Carnaubais3
	Entrevistado-Carnaubais4
	Entrevistado-Carnaubais5
Grossos	Entrevistado-Grossos1
	Entrevistado-Grossos2
	Entrevistado-Grossos3
	Entrevistado-Grossos4
	Entrevistado-Grossos5
Mossoró	Entrevistado-Mossoró1
	Entrevistado-Mossoró2
	Entrevistado-Mossoró3
	Entrevistado-Mossoró4

	Entrevistado-Mossoró5
Itajá	Entrevistado-Itajá1
	Entrevistado-Itajá2
	Entrevistado-Itajá3
	Entrevistado-Itajá4
	Entrevistado-Itajá5
Ipanguaçu	Entrevistado-Ipanguaçu1
	Entrevistado-Ipanguaçu2
	Entrevistado-Ipanguaçu3
	Entrevistado-Ipanguaçu4
	Entrevistado-Ipanguaçu5
Pendências	Entrevistado-Pendências1
	Entrevistado-Pendências2
	Entrevistado-Pendências3
	Entrevistado-Pendências4
	Entrevistado-Pendências5
Porto do Mangue	Entrevistado-Porto do Mangue1
	Entrevistado-Porto do Mangue2
	Entrevistado-Porto do Mangue3
	Entrevistado-Porto do Mangue4
	Entrevistado-Porto do Mangue5
São Rafael	Entrevistado-São Rafael1
	Entrevistado-São Rafael2
	Entrevistado-São Rafael3
	Entrevistado-São Rafael4
	Entrevistado-São Rafael5
Serra do Mel	Entrevistado-Serra do Mel1
	Entrevistado-Serra do Mel2
	Entrevistado-Serra do Mel3
	Entrevistado-Serra do Mel4
	Entrevistado-Serra do Mel5
Tibau	Entrevistado-Tibau1
	Entrevistado-Tibau2
	Entrevistado-Tibau3
	Entrevistado-Tibau4
	Entrevistado-Tibau5

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

4.4 ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

A primeira etapa da construção do presente trabalho foi o levantamento bibliográfico de forma a subsidiar as análises dos dados coletados confrontados com os estudos teóricos disponíveis, que de acordo com Gil (2010) envolve a pesquisa em livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, permitindo ao pesquisador “cobrir uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2010, p. 30).

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a entrevista com roteiro semiestruturado que se caracteriza, segundo Marconi & Lakatos (1991, p. 94), pelo “[...] encontro entre duas pessoas, a fim de que uma obtenha informações a respeito de um determinado assunto”, composta por 18 questões abertas, que será gravada e posteriormente transcrita.

Os questionamentos foram estabelecidos de forma a proporcionar embasamento para alcance de cada um dos objetivos específicos traçados com intuito de conduzir ao atingimento do objetivo geral que rege a pesquisa, conforme pode-se observar no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Objetivos específicos e sua relação com o roteiro de entrevista

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ROTEIRO DA ENTREVISTA (QUESTÕES)
Caracterizar o perfil dos tomadores de crédito através do PRONAF B no território Açu-Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte (RN), no período de 2009 a 2014.	1. Sexo
	2. Qual a sua idade?
	3. Qual o seu grau de escolaridade?
	4. Há quanto tempo atua em atividades agropecuárias?
	5. Que tipo de atividade desenvolve?
	6. Qual o tamanho da propriedade rural onde são desenvolvidas as atividades?
	7. Quantos membros da família colaboram na atividade agropecuária?
	8. Existem pessoas que não são da família colaborando nas atividades agropecuárias? Se sim, quantas pessoas?
	9. Existem rendas não agrícolas?
Caracterizar o perfil das operações concedidas através do PRONAF no território Açu-Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte (RN), no período de 2009 a 2014.	10. De que forma você conheceu o PRONAF?
	11. Por quantas vezes você foi beneficiado com crédito oriundo do PRONAF B?
	12. Quais as facilidades e dificuldades na obtenção do crédito PRONAF B?
	13. Qual o valor a você concedido através do PRONAF B em sua última operação de crédito?

	14. Você considera que o valor concedido foi suficiente para as necessidades de sua atividade agropecuária?
	15. Que tipo de investimento foi realizado na atividade agropecuária a partir da obtenção do crédito?
Identificar as estratégias de gestão utilizadas ao longo do processo de obtenção e utilização do crédito PRONAF B.	16. Quando da utilização do recurso, você utiliza algum mecanismo de registro de informações que o auxilie no controle dos recursos disponíveis?
	17. Você obteve algum tipo de assessoria técnica em algum momento do processo de concessão e utilização do crédito?
Conhecer a percepção dos agricultores familiares beneficiários do PRONAF B no período de 2009 a 2014 sobre a sua contribuição no desenvolvimento de seus empreendimentos rurais.	18. Você considera que o crédito PRONAF trouxe melhorias na produtividade de sua atividade?

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

4.5 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi realizada a partir de uma parceria com o Banco do Nordeste, que facilitou a realização do presente trabalho auxiliando na localização e abordagem dos sujeitos da pesquisa, agricultores já beneficiados pelo crédito PRONAF B em estudo intermediado por essa instituição financeira através do AGROAMIGO, linha de crédito enquadrada como PRONAF B.

A instituição permitiu ao pesquisador entrevistar os sujeitos público-alvo do presente trabalho no ambiente da agência bancária, quando da ocorrência de reunião dos beneficiários do programa para assinatura da renovação de seus contratos de operação de crédito por meio do programa AGROAMIGO. Durante a realização das entrevistas, não nos foi disponibilizado ambiente reservado para tanto, havendo sido realizado todo o procedimento de coleta de dados diante dos demais agricultores familiares que ali estavam para renovação de seus contratos.

O Banco do Nordeste conta com setores especializados ao atendimento dos beneficiários do AGROAMIGO de forma regionalizada, atendendo a vários municípios por setor. Dessa forma, uma vez convocados a comparecerem à agência para assinatura de seus contratos, foi possível o acesso aos sujeitos da pesquisa de diversos municípios de uma só vez, tornando otimizado o acesso e a realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas quando da assinatura da renovação de seus contratos após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e gravadas para posterior transcrição.

Muitas dificuldades foram encontradas para concretização da coleta de dados, tendo em vista a insegurança dos sujeitos em responderem à pesquisa, que temiam de alguma forma terem sua concessão de crédito prejudicada diante das respostas dadas. Outra dificuldade encontrada foi em relação às respostas obtidas, visto que os sujeitos, diante de sua insegurança, respondiam às questões de forma muito objetiva, não permitindo a exploração do assunto de forma satisfatória.

4.6 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento e análise dos dados foi realizado por meio da Técnica Interpretativa, em que foram observadas as respostas obtidas e interpretadas através de conceitos e palavras-chave adotadas pela pesquisa, transcrevendo respostas e confrontando-as com os dados documentais disponíveis, bem como com o referencial teórico.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O primeiro tópico do presente bloco tem como foco caracterizar o perfil dos tomadores de crédito através do PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO, no território Açu-Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte (RN), no período de 2009 a 2014. A presente análise não foi realizada por municípios de forma individualizada devido aos dados serem considerados homogêneos, estando detalhados no Apêndice A.

A seguir, será abordado o perfil das operações de crédito realizadas no âmbito do PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO, no período de 2009 a 2014 no território estudado.

E, concluindo, o tópico seguinte irá identificar as estratégias de gestão utilizadas ao longo do processo de obtenção e utilização do crédito PRONAF B, sob a metodologia do AGROAMIGO.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS TOMADORES DE CRÉDITO ATRAVÉS DO PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ.

Nesta sessão será abordada uma caracterização dos entrevistados, de forma a se traçar um perfil desses agricultores familiares beneficiados pelo PRONAF, que irá servir de base para as análises a serem realizadas nos tópicos adiante.

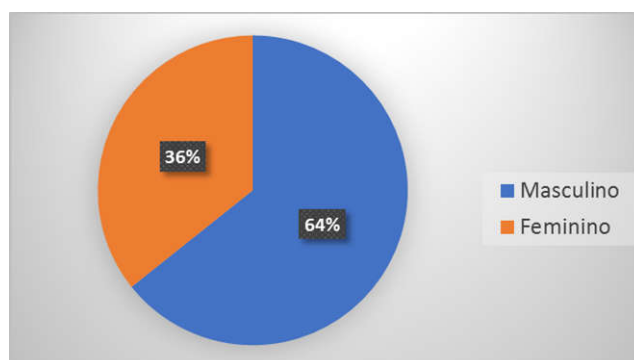
As análises serão apresentadas individualizadas para cada aspecto encontrado de forma a facilitar a compreensão do leitor.

Para analisar os agricultores familiares beneficiários do PRONAF no território Açu-Mossoró, será apresentado o perfil desses indivíduos partindo de um dado básico, porém de bastante relevância, que é o gênero.

Conforme pode-se observar no Gráfico 1, há entre os entrevistados beneficiários do PRONAF no território em estudo uma predominância masculina, que segue a tendência encontrada em outros estudos sobre o tema, a exemplo do Censo Agropecuário realizado em 2006 que revela tal predominância aqui também encontrada.

Em apenas 3 dos 14 municípios foi encontrada maioria de beneficiárias pertencentes ao sexo feminino, e mesmo nestes casos ambos os cônjuges contrataram operações de PRONAF como forma de obterem um valor maior para investimento, não se tratando majoritariamente de mulheres que ocupam posição de chefes de família.

Gráfico 1 - Sexo



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

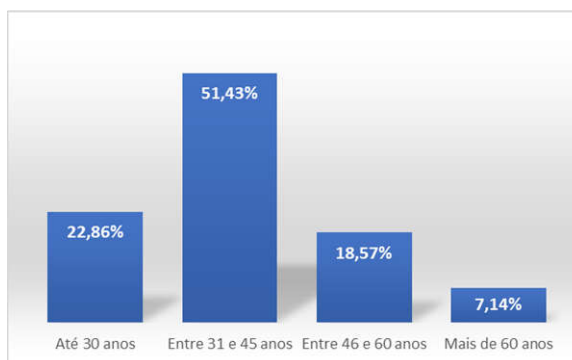
Tais dados chamam a atenção para o fato da predominância masculina, que corrobora com o modelo patriarcal muito presente na organização social da agricultura familiar, conforme aponta Brandão (1993) afirmando a tendência de as unidades familiares nesse segmento serem administradas pelo chefe de família, que coordena as atividades no núcleo familiar, sendo predominantemente o indivíduo que assume a responsabilidade da condução do processo de obtenção do crédito, indicando aqui uma tendência inversa àquela presente nas políticas sociais, onde a evidência maior é da figura da mulher (BRANDÃO, 1993).

Além dessa perspectiva de modelo patriarcal, pode-se também atribuir esse cenário de predominância masculina ao que Abramovay (1998) nomeia “processo de masculinização da agricultura familiar”, consequência de processos sucessórios que favorecem a permanência

dos filhos homens na terra, enquanto o processo migratório para a zona urbana é em sua maioria feminino.

Conforme pode-se observar no Gráfico 2, a média geral da faixa etária encontrada entre os entrevistados foi de 39 anos de idade, estando um total de 74,29% dos sujeitos pesquisados com idade até 45 anos, apontando que os beneficiários são, em geral, adultos ainda relativamente jovens.

Gráfico 2 - Faixa etária



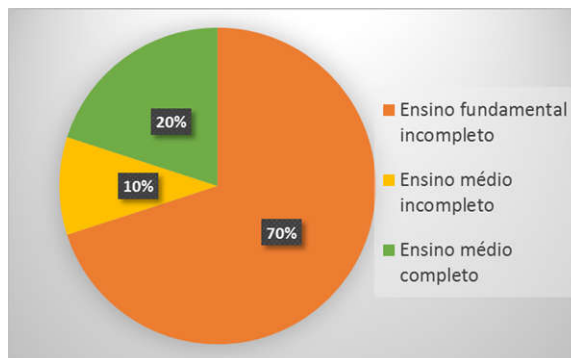
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com a média de faixa etária encontrada entre os entrevistados podemos concluir que, em uma visão mais simplista, podem ser consideradas mão de obra apta ao exercício de suas atividades laborais (MEDEIROS, 2015).

A escolaridade é um item de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa, visto que esta qualificação pode proporcionar reais ganhos socioeconômicos para as pessoas, seja qual for o segmento em que estejam inseridas, podendo embasar hipóteses e conclusões valiosas quando confrontados com outros dados.

Conforme o Gráfico 3, pode-se observar que 70% dos entrevistados atestaram possuir apenas o ensino fundamental incompleto, um dado preocupante, dada a relevância desse aspecto para o desenvolvimento desses empreendimentos.

Gráfico 3 - Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Tais dados nos revelam que, apesar de consideravelmente jovens, os entrevistados detêm baixo nível de escolaridade, estando apenas 20% dos sujeitos pesquisados possuindo ensino médio completo. Este é um cenário preocupante, uma vez que a instrução desse produtor pode ser um fator impulsionador do crescimento do estabelecimento rural, conforme concordam Hoffman e Ney (2003) que a escolaridade é um instrumento para o desenvolvimento sociocultural e econômico do campo.

Tratando a respeito da educação e do que ela pode proporcionar ao homem do campo de forma a beneficiá-lo, Helfand e Pereira (2012) afirmam que a educação é aspecto fundamental que conduz aos quatro caminhos de saída da condição de pobreza, a saber:

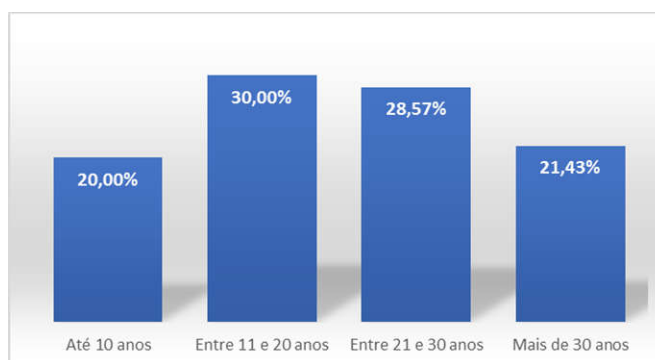
A educação e o capital humano de forma mais ampla têm os seguintes papéis: a) contribuem para elevar a produtividade agrícola via adoção de novas tecnologias e uso mais eficiente de tecnologias e insumos utilizados pelos agricultores; b) são identificados como fatores determinantes para o acesso a empregos não-agrícolas que pagam melhores salários para as famílias que continuam a viver nas zonas rurais; c) podem fazer a diferença entre a migração como um caminho para sair da pobreza *versus* a migração como realocação das famílias pobres das zonas rurais nos centros urbanos; e d) são componentes importantes dos programas de transferência de renda condicionada em todo o mundo, que procuram quebrar a reprodução da pobreza entre gerações.

Como pode-se observar a partir das afirmações dos autores, a educação abre diversas portas ao agricultor familiar, independentemente de sua permanência no campo. Seja para que esteja apto a utilizar novas tecnologias, seja para se habilitar para ingresso em funções não-agrícolas no mercado de trabalho, para que se adapte sendo realocado na zona urbana, ou mesmo para que possa ser beneficiado por programas sociais de transferências de renda, a exemplo do Bolsa Família; em todos os casos, a educação é item primordial para o desenvolvimento desse indivíduo.

No sentido da procura por melhoria em termos de produtividade, Sousa Filho e Bonfim (2013) constatam que hoje em dia o problema não é mais a inexistência de tecnologias voltadas para o pequeno produtor, mas sim a ausência de capacitação tecnológica, o baixo nível de escolaridade, a experiência profissional e capacidade de gestão. Em todos esses âmbitos, a educação é força motriz que impulsiona o desenvolvimento dessas pessoas, bem como a deficiência nesse aspecto pode agravar ainda mais a situação na qual se encontram.

Conforme ilustra o Gráfico 4, pode-se observar que pelo menos 50% dos sujeitos entrevistados afirmaram estar inseridos no desenvolvimento de atividades agropecuárias há mais de 20 anos, 80% há mais de 10 anos. Esses dados, quando confrontados com a média de idade encontrada anteriormente de 39 anos de idade, nos revelam que esses indivíduos são inseridos nos trabalhos desde muito tenra idade.

Gráfico 4 - Tempo de atuação



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Confirmando os dados encontrados, podemos mencionar algumas falas coletadas durante o processo de entrevistas:

“Desde criança, fui criado na agricultura” (ENTREVISTADO-ALTO DO RODRIGUES4).

“Desde que nasci” (ENTREVISTADO-BARAÚNA2).

“Eu nem me lembro com quantos anos eu comecei a trabalhar... desde pequeno” (ENTREVISTADO-CARNAUBAIS3).

“Desde criança, faz tempo... fui criada no mar” (ENTREVISTADO-GROSSOS1).

A inserção dos indivíduos logo cedo nas atividades agropecuárias traz à luz a questão sucessória na agricultura familiar. Segundo Abramovay (1998), a agricultura familiar tem

como característica peculiar a transferência do saber através das gerações, de pai para filho. Nesse sentido, a agricultura familiar envolve nessa questão mais do que a formação para o exercício de uma profissão, mas a gestão de um patrimônio familiar visto que, para o indivíduo envolvido, esse patrimônio tem dupla função social: o negócio que fornece o sustento de sua família e a própria organização da vida familiar.

Segundo Abramovay (1998, p. 35), “há uma transição direta da infância à vida adulta pela incorporação precoce do indivíduo no mundo do trabalho e, sobretudo, pela intensidade da ligação à ordem social comunitária, o que já não existe entre jovens urbanos”. Segundo o mesmo autor afirma: a agricultura familiar produz, gera novos agricultores familiares. Pode-se aqui chamar atenção para a hipótese de que essa formação de novos agricultores de forma natural estaria conduzindo esses indivíduos a uma situação de baixo nível escolar, visto que corriqueiramente os conhecimentos ligados à profissão são repassados através das gerações, sem estímulo a esses jovens para a busca de uma formação formal e de uma profissão independente do processo natural de transmissão profissional da agricultura familiar.

Além da questão cultural que cerca a transmissão de conhecimentos entre as gerações no meio rural, há ainda a questão da precariedade de disponibilização de ensino para os homens do campo. Moreira (2013) ressalta a discriminação histórica existente por parte das políticas públicas em relação ao ensino no campo, quando até o final dos anos 80 tal segmento da educação era tratado de forma excludente. O autor afirma ainda que muitas das medidas tomadas com vistas à melhoria da educação no campo são fruto dos movimentos sociais ligados ao meio rural, que reivindicam uma maior atenção a esse segmento social tão relevante. Nesse sentido, Kolling et al (1999, p. 21) afirmam ainda:

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado pela exclusão e desigualdades, de considerar o campo como parte atrasada e fora de lugar no projeto da modernidade. No modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como mais um mercado consumidor emergente, predominantemente urbano, a população camponesa é vista como uma espécie em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas para pessoas que vivem e trabalham no campo, a não ser do tipo compensatório a sua própria condição de inferioridade e/ou diante de pressões sociais. A situação da educação no meio rural retrata bem essa visão. [...] De outro lado está a reação da população camponesa, que não aceita esta marginalização e passa a lutar pelo seu lugar social no país, construindo alternativas de resistência que incluem o campo da educação.

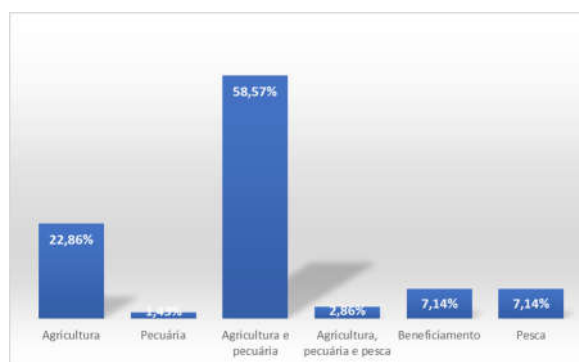
Segundo Abramovay (1999), o Brasil apresenta um dos piores indicadores quando o assunto é educação no campo entre os países latino-americanos. Segundo Molina (2003), faz-

se necessária uma transformação no cenário da educação no campo, encerrando esse quadro de ensino precário e atrasado.

Pode-se observar a partir do Gráfico 5 que a presença da agricultura é muito forte entre os pesquisados, estando presente em 84,29% dos estabelecimentos pesquisados de forma isolada ou associada à pecuária ou pesca. A pecuária se apresenta em segundo lugar nas atividades mais mencionadas, estando presente em 51,43% dos estabelecimentos de forma isolada ou associada.

A pesca foi mencionada em menor escala, estando presente somente nos municípios de Assú, Grossos e Mossoró, seguida da atividade de beneficiamento, encontrada somente no município de Serra do Mel. Vale salientar que as diferenças encontradas entre as atividades desenvolvidas estão diretamente ligadas à vocação de cada município.

Gráfico 5 - Atividades desenvolvidas



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Esse cenário de associação de atividades agropecuárias configura um quadro de diversificação rural, que pode ser compreendida como o exercício simultâneo de várias atividades, em busca de garantir a sobrevivência e a competitividade dos estabelecimentos rurais, surgindo como uma forma de reduzir riscos de se ter apenas uma atividade como fonte de renda do pequeno produtor (IDRHA, 2006).

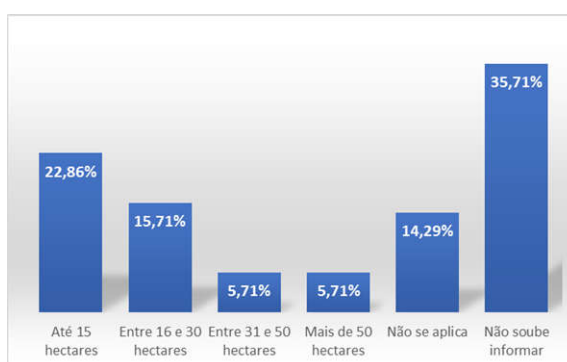
Porém, apesar da diversificação rural ser um fator positivo presente entre os pesquisados, percebe-se que essa diversificação se encontra somente entre atividades agropecuárias convencionais, não se percebendo um estímulo ao desenvolvimento de cadeias produtivas diferenciadas.

Pode-se observar no Gráfico 5 que 50% dos sujeitos pesquisados afirmam desenvolver mais de uma atividade rural simultaneamente, constatando assim um quadro de diversificação rural. Dadas as condições climáticas inerentes ao semiárido, e as chuvas irregulares e os

baixos índices pluviométricos, que já têm se tornado um problema crônico (MARENGO et al, 2011), pode-se identificar essa diversificação como um mecanismo encontrado pelos agricultores familiares de garantia de seu sustento diante das incertezas climáticas que rodeiam o Nordeste brasileiro.

A partir das informações acerca das atividades que os sujeitos pesquisados desenvolvem, foram questionados a seguir a respeito do tamanho da propriedade onde atuam, apresentando tal informação em hectares, conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Tamanho da propriedade



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com os dados coletados, apenas 5,71% dos sujeitos pesquisados afirmaram atuar em propriedade com dimensões superiores a 50 hectares, estando 44,28% dos entrevistados inseridos em propriedades de pequeno porte com até 50 hectares, com concentração em propriedade de até 25 hectares.

Os respondentes aqui classificados no item “Não se aplica” foram assim enquadrados por atuarem em atividades que não necessitam de propriedades rurais para serem desenvolvidas, a exemplo da pesca e do beneficiamento de castanha de caju.

Porém, diante dos dados apresentados, chama a atenção a proporção de 35,71% dos sujeitos pesquisados que afirmam não saberem quais as dimensões onde desenvolvem suas atividades agropecuárias. Tais dados podem sinalizar uma fragilidade no processo de gestão e planejamento dos investimentos por parte desses pequenos produtores, haja vista que se trata de uma informação fundamental ao planejamento de qualquer investimento. Pode-se atribuir esse fato à baixa qualificação escolar percebida entre os entrevistados, uma vez que se sabe que tal aspecto pode promover ganhos no processo de gestão.

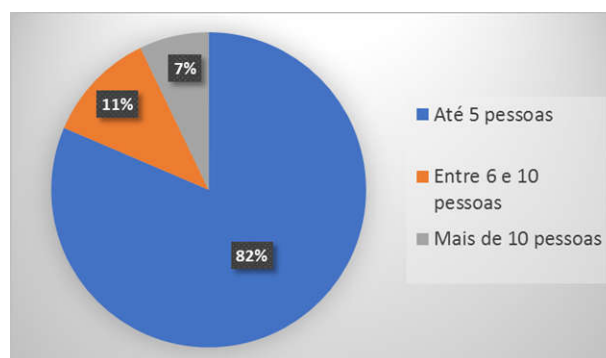
A agricultura familiar é caracterizada, em um de seus principais aspectos, pela presença dos membros do núcleo familiar no desenvolvimento das atividades

(ABRAMOVAY, 2012). Conforme corrobora Wanderley *apud* Tavares (2009, p. 58), “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Segundo Wilkinson (2000) e Brumer (2004), na agricultura familiar o trabalho é desenvolvido pelos membros da família, geralmente em sistemas de policultura em lotes de 5 a 50 hectares, atuando simultaneamente em atividades de subsistência e produção para comercialização.

Diante do exposto, os sujeitos pesquisados foram questionados a respeito da participação dos demais membros da família na produção agropecuária em seus estabelecimentos, conforme ilustra o Gráfico 7.

Gráfico 7 - Membros da família que colaboram com o trabalho



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

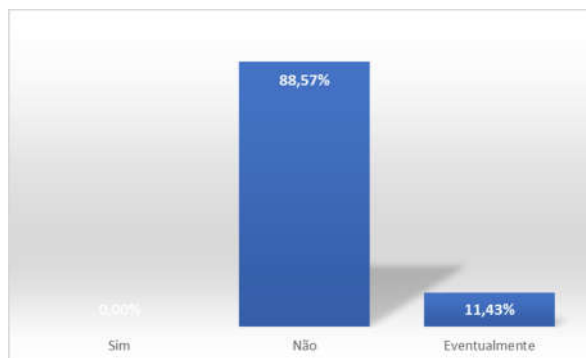
Os dados apontam que os sujeitos pesquisados contam, em média, com 3,81 membros da família atuantes nas atividades desenvolvidas em suas propriedades. Chamando a atenção o fato de os pesquisados que informaram atuarem com atividades ligadas à pesca foram os que apresentaram menor número de membros da família colaborando com as atividades, em média 1 pessoa além deles próprios contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, permitindo a partir desses dados identificar nesses pequenos produtores as características peculiares à agricultura familiar.

Um dos requisitos de acesso às linhas de crédito ligadas ao PRONAF B é a não-existência de mão de obra assalariada de forma permanente, conforme normatiza o Manual de Crédito Rural⁹. Diante disso, os sujeitos pesquisados foram questionados a respeito dessa mão de obra como forma de potencialização das atividades desenvolvidas.

⁹ Disponível em <http://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em 15/01/2017.

Conforme pode-se observar no Gráfico 8, apenas 11,43% afirmaram que eventualmente contratam mão de obra externa à família, comumente para atividades não-corriqueiras, tais como construção de cercas, etc.

Gráfico 8 - Mão de obra assalariada



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Percebe-se a partir dos dados coletados que a incidência de mão de obra assalariada eventualmente contratada pelos pequenos produtores foi mais presente nos casos onde a participação dos membros da família no desenvolvimento das atividades foi menor, levando a concluir que quanto maior a atuação de pessoas ligadas à família, menor será a necessidade de mão de obra assalariada.

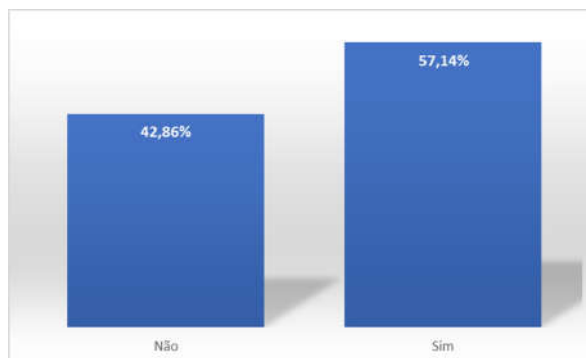
Diante do exposto, pode-se perceber a mão de obra assalariada como um fator importante na agricultura familiar, sendo uma alternativa ao pequeno produtor no desenvolvimento de suas atividades, conforme corrobora Rocha (2015), afirmando que o trabalho assalariado na agricultura familiar, caracterizado por trabalhadores permanentes ou temporários, é de grande relevância para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, bem como contribui para a fixação do homem no campo.

Conforme afirma Schneider (2000), a pluriatividade e as rendas não-agrícolas são meios que permitem ao pequeno produtor garantir sua sobrevivência em meio ao mercado capitalista, além de permitir que se fixem no meio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999), além de reduzir a incidência da pobreza no campo (KAGEYAMA e HOFFMAN, 2000).

Kageyama (2001) afirma que a renda das famílias ligadas à agricultura familiar é composta por três fatores: o valor oriundo da produção agropecuária, dos salários recebidos por membros da família que são empregados em outras explorações agrícolas e das “rendas não-agrícolas”, que são as rendas advindas de atividades exercidas em outros setores da economia (pluriatividade), pensões, aposentadorias, aluguéis, benefícios sociais, etc.

Diante dessa discussão, os sujeitos pesquisados foram questionados a respeito da existência de rendas não-agrícolas, com o intuito de melhor traçar o perfil desses indivíduos beneficiários do PRONAF no território estudado, conforme ilustra o Gráfico 9.

Gráfico 9- Rendas não-agrícolas



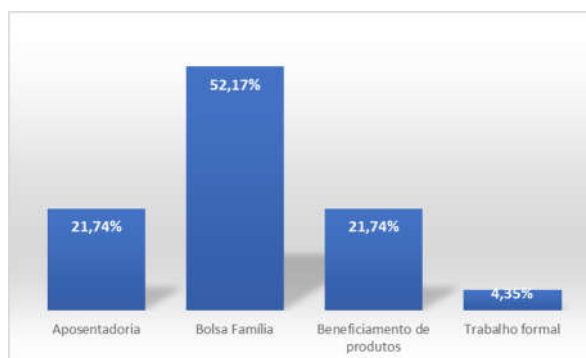
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Conforme pode-se observar a partir dos dados, 54,29% dos entrevistados afirmaram a existência de rendas não-agrícolas, o que pode ser considerado um fator positivo conforme o que aponta Kageyama (2001), afirmando que as rendas não-agrícolas são um componente importante nas políticas rurais, principalmente como forma eficaz no combate à pobreza.

Investigou-se ainda entre os pesquisados que afirmaram a existência de rendas não-agrícolas qual seria a origem de tais rendas, como forma de conhecer melhor o perfil dos mesmos, conforme aponta o Gráfico 10.

Segundo os dados encontrados, há uma minoria de entrevistados que afirmaram haver na família rendas oriundas de trabalho formal, predominando as rendas advindas do programa Bolsa Família do Governo Federal e de aposentadorias rurais.

Gráfico 10 - Fontes de rendas não-agrícolas



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O programa Bolsa Família¹⁰ concede às famílias beneficiadas uma remuneração que pode chegar ao valor máximo de R\$ 372,00 por mês, portanto, podemos concluir que não se trata de uma fonte de renda que seja suficiente para o sustento das famílias isoladamente, sendo necessária ainda a renda oriunda da produção agropecuária. Acerca desse tipo de benefício social, Kageyama (2001) afirma ainda que representa uma fonte vital de renda para muitas famílias do campo.

Essas fontes de renda representam ainda ao pequeno produtor uma garantia de continuidade de sua produtividade, uma vez que, quando se encontrar em dificuldades temporárias ou mesmo diante da escassez das chuvas, tais fontes de renda permitem a sobrevivência desse agricultor familiar no campo.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS ATRAVÉS DO PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ.

Nesta seção serão abordados aspectos inerentes às operações de crédito realizadas no âmbito do PRONAF B, no período de 2009 a 2014 no território Açu-Mossoró. Serão analisados os aspectos de forma generalizada, sendo ressaltadas semelhanças e diferenças encontradas.

Como forma de embasar a caracterização das operações concedidas através do PRONAF B, os sujeitos pesquisados foram questionados a respeito da forma pela qual conheceram o programa de concessão de crédito.

Conforme revela o Gráfico 11, os sujeitos pesquisados apontaram em uma maioria de 57,14% que tiveram as primeiras informações a respeito do PRONAF através dos Agentes do Banco do Nordeste, vinculados ao programa Agroamigo, que promovem a divulgação do programa nas comunidades rurais, realizando visitas aos pequenos produtores e promovendo reuniões nas comunidades rurais como forma de divulgação. Conforme os entrevistados afirmam em suas falas, respondendo ao questionamento de como conheceram o programa:

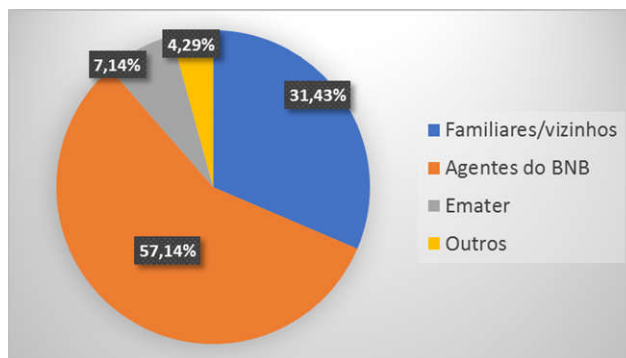
“Através do rapaz que trabalha aqui, ele faz umas palestras lá pelo município ao redor. Aí um dia eu fui” (ENTREVISTADO-CARNAUBAIS4).

“Devido ao meu pai. Ele já fazia, era associado à colônia, aí eu fui acompanhando.” (ENTREVISTADO-GROSSOS1).

¹⁰ Programa federal destinado a famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, com renda per capita de R\$ 154,00 mensais, que concede auxílio financeiro com intuito de auxiliar no acesso a direitos sociais básicos. Fonte: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>. Acesso em 10/01/2017.

“Através de um rapaz que trabalha aqui (BNB)... a gente escutou no rádio”
(ENTREVISTADO-IPANGUAÇU1)

Gráfico 11 - Primeiro contato com o PRONAF



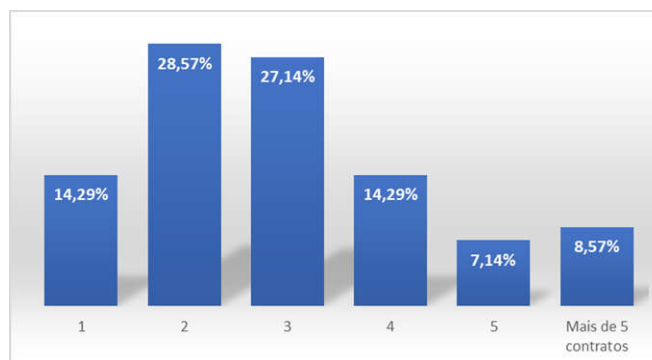
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A predominância da presença dos agentes do AGROAMIGO nas respostas obtidas pode ter sido elevada dadas as condições que foram facilitadas a partir da parceria realizada com o Banco do Nordeste, porém chama a atenção para o fato de que o segundo índice que obteve maior resultado foi o primeiro contato através de familiares e vizinhos, levando a um questionamento a respeito do papel que a Emater¹¹, enquanto órgão governamental de assistência técnica, está desempenhando na orientação dos agricultores na busca pelo desenvolvimento de suas propriedades.

Sobre a quantidade de operações de crédito vinculadas ao PRONAF B realizadas no período sobre o qual o presente estudo se debruça o Gráfico 12 aponta que 57,14% já obtiveram crédito através do programa três ou mais vezes, podendo indicar uma certa experiência com o crédito e suas formas e condições.

¹¹ A Emater – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural tem como missão, divulgada em sua página oficial, "Contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, para o desenvolvimento sustentável." Disponível em: <http://www.emater.mn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=567&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Miss%E3o#sthash.OpfB6pBb.dpuf>. Acesso em 16/01/2017.

Gráfico 12 - Quantidade de contratos realizada

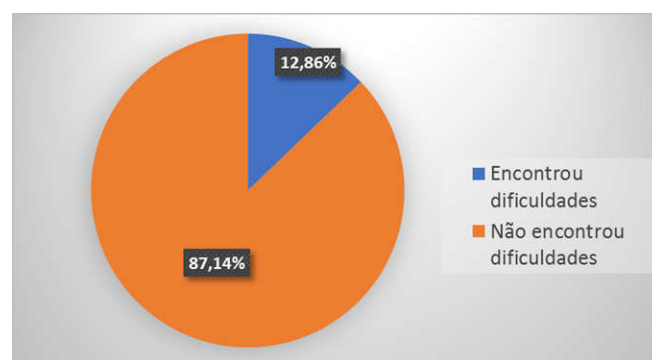


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Vale salientar que os entrevistados em sua totalidade representam beneficiários do PRONAF B que se encontravam adimplentes em suas operações, havendo sido realizadas as entrevistas quando da renovação de seus contratos no Banco do Nordeste, não constando nesses dados beneficiários que realizaram suas operações e não renovaram por situação de inadimplência, trazendo a quantidade de contratos como um sinal de experiência no programa.

Como forma de conhecer a perspectiva dos agricultores familiares a respeito do processo de obtenção e utilização do crédito e dificuldades/facilidades durante o processo de crédito, o Gráfico 13 ilustra que 87,14% dos entrevistados informaram que não encontraram dificuldades no processo de crédito, refletindo um ponto positivo acerca do programa.

Gráfico 13 - Facilidades e dificuldades



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Acerca dessa maioria que concordou não haver dificuldades no processo de crédito, podemos ressaltar algumas falas dos entrevistados a respeito da percepção que têm do processo de concessão e utilização do crédito:

“Foi fácil, porque isso aqui foi muito bom. Porque às vezes a gente não tem como comprar, a gente faz um empréstimo desse, com dois anos é que vêm pagar e nem paga todo de uma vez, foi muito bom isso.” (ENTREVISTADO-IPANGUAÇU1).

“Assim, nem é fácil nem é difícil. Como a gente vive disso, mora lá, não é difícil não.” (ENTREVISTADO-ASSU3).

“Não, tendo as provas corretas, dá certo” (ENTREVISTADO-ITAJÁ4).

Percebe-se uma tendência de afirmação que as facilidades estão em eles de fato viverem no campo e exercerem as atividades alcançadas, tornando-se simples o levantamento da documentação necessária.

Aqueles que atestaram considerar o processo de difícil acesso, indicam possíveis razões pelas quais consideram o processo de crédito complicado:

“No começo tem uma dificuldadezinha, como a gente não entende das coisas tem dificuldade.” (ENTREVISTADO-ASSU5).

“No começo foi um pouquinho difícil, por causa da papelada... aí a gente ajeitou a papelada todinha e no finalzinho deu um erro, aí teve que fazer tudo de novo, por isso que eu achei mais difícil.” (ENTREVISTADO-ALTO DO RODRIGUES1).

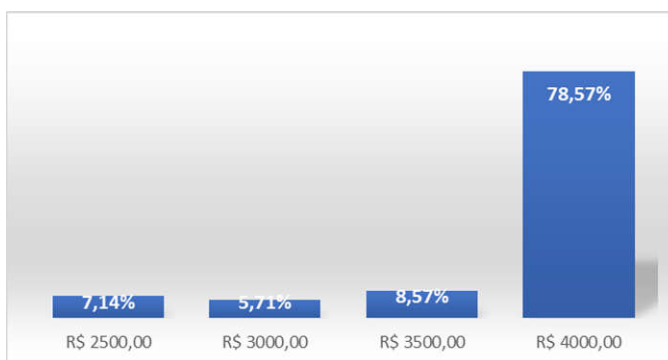
“Não tem nada fácil... Consegue, mas não é muito fácil não... Leva mais de um mês.” (ENTREVISTADO-BARAÚNA1).

“Foi difícil demais, a pessoa morre de andar” (ENTREVISTADO-BARAÚNA3).

A partir das falas dos entrevistados pode-se atribuir as dificuldades por eles encontradas à burocracia necessária para a concessão do crédito, aos documentos que precisam ser levantados para análise por parte da instituição financeira, à falta de informações sobre o programa, à demora de conclusão do processo de concessão do crédito. Tais dificuldades relacionadas pelos entrevistados corroboram com a visão apresentada por Guedes e Carvalho (2016), levando à compreensão de que as dificuldades percebidas pelos agricultores familiares localizados no Território Açu-Mossoró não diferem das encontradas na maioria das localidades onde o PRONAF B é operacionalizado.

Com o objetivo de melhor traçar o perfil das operações de crédito vinculadas ao PRONAF B, os sujeitos foram questionados a respeito dos valores a eles concedidos através das operações de crédito, conforme ilustra o Gráfico 14.

Gráfico 14 - Valores concedidos



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

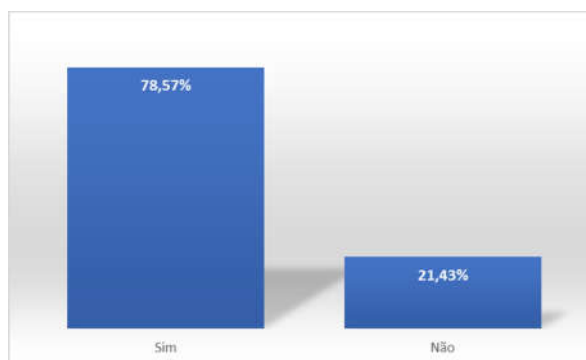
Pode-se observar a partir dos dados ilustrados no Gráfico 14 que os valores concedidos aos beneficiários sujeitos da pesquisa se encontram em sua maioria localizados no teto permitido pela linha de crédito PRONAF B na modalidade PNMPO, que permite aos agricultores familiares beneficiados uma assistência técnica especializada ligada ao programa governamental.

A respeito dos valores com os quais os sujeitos pesquisados foram beneficiados a partir do crédito PRONAF B, os respondentes foram questionados sobre o valor concedido ser suficiente às necessidades que possuem para a elevação da produtividade de seus empreendimentos.

Conforme ilustra o Gráfico 15, uma maioria de 78,57% dos sujeitos pesquisados afirmaram considerar o valor suficiente para atender às necessidades de seus estabelecimentos.

É importante ressaltar que os estudos levantados por Guedes e Carvalho (2016) sobre as dificuldades encontradas pelos beneficiários do PRONAF analisam o programa de modo generalizado, considerando as muitas modalidades do programa. Porém, na pesquisa realizada pelos autores especificamente com os beneficiários do PRONAF B, os mesmos encontraram um cenário semelhante ao da presente pesquisa, onde a maioria se encontra satisfeita com o valor obtido. Os autores atribuem esse cenário ao fato de que o público-alvo do programa é formado de agricultores familiares de renda familiar muito baixa, levando os mesmos a considerarem um crédito de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00 um valor suficiente às suas necessidades.

Gráfico 15 - Suficiência do valor concedido



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Porém, a partir da análise das falas, pode-se perceber que na realidade não é o valor que é considerado necessariamente suficiente, mas percebe-se que se conformam com o que lhes é permitido conseguir.

“Se fosse mais era melhor, mas deu pra gente...” (ENTREVISTADO-PORTO DO MANGUE 2).

“Assim... é, foi bastante produtivo porque como eu já tinha algumas cabeças eu ampliei!” (ENTREVISTADO-ASSU1).

“Foi, na época porque devido a ocasião você não pode investir muito por causa desses anos que não tem inverno você não tem controle” (ENTREVISTADO-ALTO DO RODRIGUES4).

“É, deu pra manter umas ovelhinhas” (ENTREVISTADO-AREIA BRANCA2).

“É pouco, mas é o jeito. O pouco com Deus é muito.” (ENTREVISTADO-BARAÚNA3).

“É, porque já é diretamente pra isso, recebendo e pagando lá ao homem. A gente só faz no valor certo” (ENTREVISTADO-IPANGUAÇU1).

Percebe-se que, para eles, o suficiente é o fato de ter conseguido comprar o que foi apresentado quando da solicitação do crédito, outras vezes por acreditarem que a ajuda obtida já foi de grande serventia. Porém, pode-se observar a insuficiência dos valores obtidos e uma insatisfação em relação ao que é concedido, conforme transcrito a seguir:

“Não, não é suficiente, não. Dá pra começar, mas não é essas coisas, não” (ENTREVISTADO-PENDÊNCIAS2).

“Rapaz, não vai ser suficiente, não vai. Mas vai melhorar mais. Não é suficiente não, mas é um começo” (ENTREVISTADO-ITAJÁ1).

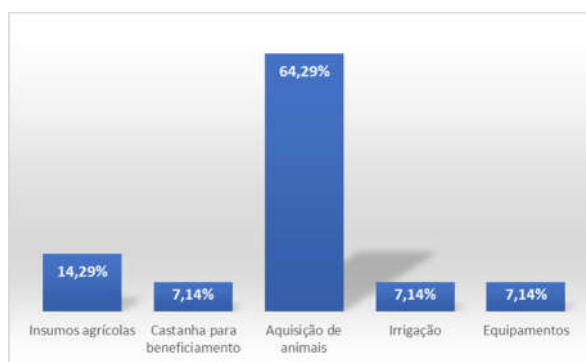
“Não. Foi só um complemento, não foi suficiente. Não dava pra resolver tudo que estava precisando não.” (ENTREVISTADO-BARAÚNA5).

“Não, não é suficiente, não, mas só tem esse” (ENTREVISTADO-AREIA BRANCA3).

Diante dos relatos dos sujeitos pesquisados que afirmaram a insuficiência dos recursos concedidos a partir do PRONAF B pode-se perceber que a real necessidade desses empreendimentos vai muito além dos limites impostos pela linha de crédito, porém é considerado útil diante de tanta escassez, sendo investido mesmo não sendo o suficiente para atender às necessidades por eles encontradas.

O elevado número de contratos de modalidade de investimento revela que ainda há uma grande necessidade de infraestrutura, conforme Nunes et al (2015) chama a atenção, ressaltando que a persistência da grande quantidade de contratos de investimento leva a conhecer o grau de necessidade desses empreendimentos. Os sujeitos pesquisados foram questionados a respeito dos tipos de investimentos realizados a partir do crédito obtido através do PRONAF, conforme ilustra o Gráfico 16:

Gráfico 16 - Tipos de investimentos



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os dados trazem à luz uma perspectiva interessante no sentido de que, conforme observado no Gráfico 5, a agricultura está presente em 84,29% dos estabelecimentos pesquisados, porém o tipo de investimento mais mencionado entre os sujeitos entrevistados, uma maioria de 64,29%, foi a aquisição de animais, chamando a atenção para o cenário de diversificação agrícola, caracterizado pela associação de atividades, que pode sinalizar uma forma de se proteger das instabilidades inerentes à agricultura e sua dependência de fatores não-controláveis.

A preferência pelo investimento em animais e não na lavoura pode apontar que o pequeno produtor, apesar de ainda estar inserido na agricultura, considera mais seguro o investimento do crédito obtido na aquisição de animais, atividade que possui mais fatores controláveis tornando mais segura a condução do processo de crédito até a liquidação da operação, trazendo mais liquidez ao investimento. Esse tipo de adaptação é mencionado por Ploeg (2008) enfatizando a capacidade de moldarem-se às conjunturas específicas adaptando a elas suas especificidades de sobrevivência, não sendo necessário para tanto perder sua essência camponesa.

Outra perspectiva que pode ser observada nos resultados obtidos quanto à aplicação dos recursos obtidos através do crédito é o fato ressaltado por Aquino e Bastos (2015) a respeito do papel dos assessores de crédito do programa AGROAMIGO que, atuando sob metas quantitativas, estimulam a concessão do crédito de forma intensa, porém, por muitas vezes não exercem o papel inerente ao programa regido pelas políticas do PNMPO, que é orientar a aplicação desse recurso de forma a estimular a diversificação agrícola. Na maioria das vezes são incentivados os investimentos em atividades pecuárias tradicionais, em detrimento de cadeias produtivas inovadoras, conforme afirmam os autores:

A questão principal é que, na maioria dos casos, os investimentos não são direcionados para disseminar raças de animais resistentes ao clima semiárido e, raramente, os financiamentos são acompanhados de ações integradas visando dotar as pequenas propriedades dos agricultores do Grupo B das condições mínimas para garantir a alimentação dos rebanhos no período de estiagem. (AQUINO e BASTOS, 2015, p. 151)

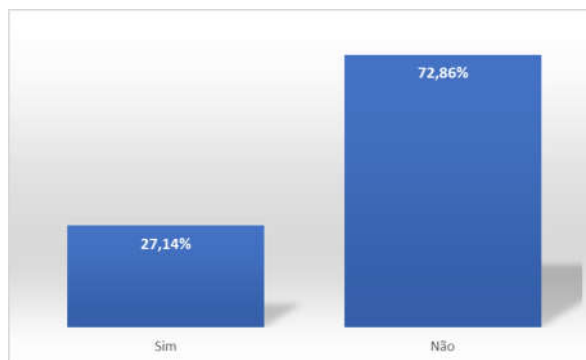
Diante das afirmações dos autores, há uma necessidade de estímulo à diversificação das atividades alvo de investimento, de forma que haja criação e ampliação de oportunidades dignas a esses agricultores familiares, garantias de sobrevivência, bem como inserção em novos mercados.

5.3 MECANISMOS DE GESTÃO FINANCEIRA UTILIZADOS PELOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF B, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA

A respeito da utilização de mecanismos de gerenciamento dos recursos obtidos por meio do PRONAF B, bem como no gerenciamento dos recursos oriundos de suas atividades em seus empreendimentos agrícolas, o Gráfico 17 ilustra que 72,86% dos entrevistados

afirmaram não possuir nenhum mecanismo/método de gerenciamento dos recursos financeiros.

Gráfico 17 - Mecanismos de gerenciamento



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Sob essa perspectiva, Lourenzani (2006) comenta as peculiaridades dos modos de gestão na agricultura familiar, ressaltando a complexidade das funções a ele incumbidas de forma simultânea, trazendo uma mistura de sentimentos à gestão desses empreendimentos agrícolas que representam mais que uma atividade fornecedora do sustento da sua família, mas envolve a terra cultivada como seu lar, a mão de obra empregada sendo sua família, imputando grandes dificuldades a esse pequeno produtor, que na maioria das vezes possui baixo grau de escolaridade.

Lourenzani (2006) atesta que mesmo os menores empreendimentos agrícolas necessitam de um mínimo de gestão financeira em sua condução, sendo necessária a existência de ferramentas gerenciais que auxiliem esse pequeno produtor, uma vez que tal deficiência pode prejudicá-lo no desenvolvimento do empreendimento bem como sua inserção nos mercados. Conforme aponta o Gráfico 17, apenas 27,14% dos entrevistados afirmaram manter algum tipo de mecanismo/método de gerenciamento financeiro. Porém, essa minoria que afirmou utilizar-se de algum gerenciamento utiliza-se de anotações dos valores recebidos e gastos em despesas, como afirma o ENTREVISTADO-GROSSOS1 “tenho sim, tenho um caderno... anoto tudo”, ferramentas básicas, o que pode ser atribuído ao baixo grau de escolaridade, podendo, no entanto, sinalizar a preocupação por parte desses sujeitos na melhor administração de seu empreendimento.

Em outros casos, os sujeitos pesquisados confirmaram a existência de um mecanismo de controle das finanças atestando possuir um membro da família, normalmente mais jovem, que faz as funções gerenciais, porém de forma básica, conforme afirma o ENTREVISTADO-

PENDÊNCIAS4: “é, porque também se não tiver voa logo, né? ... tem um rapaz, menino meu, que é meu controle, ele que controla, ele quem resolve minhas coisas”.

Observou-se ainda que alguns dos entrevistados responderam positivamente quanto aos mecanismos de gerenciamento, associando ao fato de realizarem o crédito no valor exato ao que pretendem comprar junto aos fornecedores, acreditando que pode ser considerado uma forma de controle o fato de realizarem antecipadamente o orçamento de aquisição dos objetos de investimento, conforme afirma o entrevistado na fala a seguir: “Sim, porque já tem o orçamento pronto do que irá gastar para realização do investimento” (ENTREVISTADO-AREIA BRANCA5).

No entanto, os dados apontam para uma maioria preocupante que afirma não se utilizar de nenhuma forma de gerenciamento de seus recursos na condução de seus empreendimentos agrícolas, conforme pode-se observar em algumas das falas coletadas em entrevista:

“Não, eu não faço muito as contas não”. (ENTREVISTADO-SÃO RAFAEL2)

“Meu controle é eu mesmo”. (ENTREVISTADO-MOSSORÓ2)

“É o seguinte, lá é assim... controlar, ninguém controla dinheiro, é pras despesas, pras necessidades, não tem nada anotado.” (ENTREVISTADO-IPANGUAÇU1)

“Não, não. Não tenho, não. Porque de dois em dois anos a gente faz um pronaf desse, aí vai compra os bichos, aí com dois anos vai vendendo pra ir pagando. Aí eu não sei, não fiz na ponta do lápis pra saber o que que fica de renda. Sei que, graças a Deus, eu tô pagando” (ENTREVISTADO-CARNAUBAIS3)

“Não, não tenho ideia não. Vai recebendo e vai gastando” (ENTREVISTADO-CARNAUBAIS1)

“Não, a gente lá no sítio a gente faz assim, porque a gente trabalha com animais, a gente tem aquele índice do que vai precisar tirar e do que vai precisar repor, do que vai ficar... controla só na memória mesmo” (ENTREVISTADO-ALTO DO RODRIGUES4)

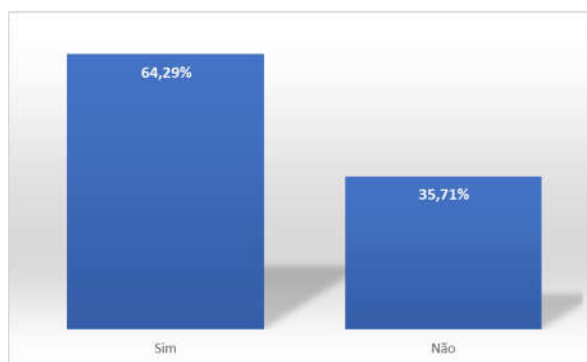
Conforme afirmado por Lourenzani (2006) em seções anteriores, o processo de gerenciamento de um empreendimento para que ele se desenvolva e obtenha sucesso, perpassa por diversas etapas de tomada de decisões que necessitam de embasamento para que sejam realizadas a contento. O autor atesta ainda a respeito dos riscos em que incorrem os empreendimentos que desprezam as ferramentas de gestão no desenvolvimento de suas atividades. Diante das afirmativas do autor, pode-se perceber nas falas dos entrevistados haver um despreparo no sentido de compreenderem a importância de se utilizar de ferramentas de gestão para o embasamento de suas decisões. Pode-se perceber que, de algum modo, eles

realizam algum tipo de controle, porém ausente de documentos e registros, o que prejudica uma possível avaliação do desenvolvimento da produção ou para embasar novos planejamentos, bem como a adoção de posturas de melhorias devido à ausência de indicadores que permitam a identificação de problemas que poderiam ser evitados.

Essa situação pode ser atribuída à baixa escolaridade dos beneficiários, que fica evidente nas respostas anteriores, e tem como consequência o não-reconhecimento de necessidades gerenciais de seus empreendimentos, bem como a não percepção da relevância das informações na gestão da propriedade. Nesse tocante, Lourenzani (2006) recomenda a atuação das empresas de extensão rural no sentido de capacitar esses pequenos produtores para que estejam aptos a utilizarem-se de ferramentas de gestão em suas propriedades, dessa forma permitindo um desenvolvimento consistente de seus empreendimentos.

No tocante à extensão rural e assistência técnica, conforme pode-se observar no Gráfico 18, uma maioria de 64,29% afirmou receber visitas de representantes de órgãos de assistência técnica/extensão rural em suas propriedades, o que pode ser considerado um fator positivo que contribui para o desenvolvimento desses empreendimentos rurais familiares. Diante do cenário de baixa escolaridade, torna-se de extrema relevância a presença de um profissional que orienta e capacita esses indivíduos.

Gráfico 18 - Visitas de órgãos de assistência técnica/extensão rural

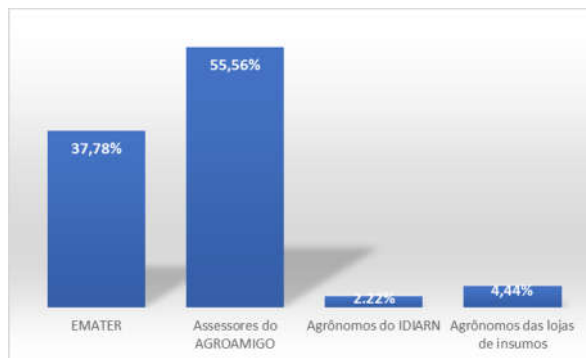


Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A respeito da realização de visitas e do exercício de capacitação e auxílio na condução dos empreendimentos rurais, os sujeitos afirmam, conforme pode-se observar no Gráfico 19, que a presença dos assessores de crédito do Programa AGROAMIGO é bastante representativa, estando em uma maioria de 55,56% das respostas, seguida da presença da Emater com 37,78%.

Apesar de existir programa estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário quanto à disponibilização gratuita de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, percebe-se que os assessores de crédito do Programa AGROAMIGO são mencionados pelos sujeitos pesquisados, sob suas percepções, como um tipo de visita de assistência técnica/extensão rural por eles recebida. Sobre essa peculiaridade, Abramovay (2008, p. 16) afirma que “a assistência técnica oficial não cumpre o papel que os agentes de crédito exercem nas organizações de microcrédito”, estando as instituições oficiais de assistência técnica/extensão rural limitando-se a preencher formalidades burocráticas necessárias para a condução do processo de crédito.

Gráfico 19 - Instituição que realiza visitas de assessoria técnica/extensão rural



Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os assessores de crédito possuem em seu portfólio de atribuições as visitas prévias à assinatura dos contratos, bem como visitas posteriores com intuito de fiscalizar *in loco* a aplicação dos recursos obtidos pelos agricultores familiares, tendo em vista zelar pela adimplência, porém esse relacionamento de proximidade que o processo de concessão de crédito permite desenvolver faz com que esse profissional exerça por muitas vezes o papel que é dos órgãos de assistência técnica oficiais (ABRAMOVAY, 2008).

Sobre a percepção acerca da melhoria de produtividade de seus empreendimentos diante das suas experiências com o PRONAF B, foi observado na totalidade das respostas obtidas a percepção positiva a respeito do programa. Todos consideram que o crédito obtido através do PRONAF B foi de grande importância para a sobrevivência de seus empreendimentos, como se pode constatar nas falas dos entrevistados:

“Muito, muito, muito mesmo, porque esse é uma grande chance de melhoramento de vida de muita gente que não tem condições de investir, de comprar uma coisa pra

“aumentar a sua renda, pra dar uma sustentabilidade melhor na agricultura, que o pobre não tinha condições, depois desse AGROAMIGO é uma mão na roda, de grande ajuda” (ENTREVISTADO-ALTO DO RODRIGUES4).

“Tá... só num tá melhor porque a agricultura acabou-se, ninguém colhe mais nada... o negócio é esse, porque não tem mais inverno pra gente colher as coisas... a falta de chuva” (ENTREVISTADO-CARNAUBAIS1).

“Sim. Nesse tempo de hoje que as coisas estão mais difíceis, não que dê pra tudo, mas é um início, uma ajuda” (ENTREVISTADO-BARAÚNA5).

“Dá pra remediar, não dá pra muita coisa, não, mas ajuda muito” (ENTREVISTADO-AREIA BRANCA2).

“Tá, porque como as coisas hoje estão muito difíceis, a gente tá se virando com esses empréstimos, é o que tá ajudando, porque emprego tá muito difícil, aí a gente faz o empréstimo que é pra conseguir alguma coisa” (ENTREVISTADO-ALTO DO RODRIGUES1).

A partir das falas se pode identificar que a percepção dos entrevistados quanto ao conceito de produtividade pode ser considerada distorcida. Em suas afirmações em resposta quando questionados se o programa trouxe melhorias na produtividade, os mesmos ressaltam que o valor obtido com o crédito é de grande ajuda devido a razões como a falta de chuvas ou às dificuldades de mercado, mas não necessariamente apontando evolução na produtividade do empreendimento, considerando sob essa perspectiva distorcida unanimemente que o programa foi de grande contribuição.

Apesar da unanimidade nas respostas a respeito da contribuição do programa para o desenvolvimento dos empreendimentos, pode-se perceber no discurso dos entrevistados a insuficiência do valor obtido através do crédito, porém ainda assim afirmam que tem trazido melhorias para suas vidas. Em relação ao papel do programa como promotor de desenvolvimento e melhorias na produtividade, Aquino e Bastos (2015) afirma:

O microcrédito se constitui em um importante instrumento para a capitalização dos agricultores familiares pobres desprovidos de condições próprias de investimento, mas sua capacidade de promover transformações socioeconômicas relevantes não pode ser superestimada (AQUINO e BASTOS, 2015, p. 153).

Segundo as palavras dos autores, o microcrédito traz consigo características que podem promover benefícios aos agricultores familiares, porém sua capacidade de transformar essas realidades precisa ser questionada.

Os documentos oficiais do programa, disponibilizados pelo Banco do Nordeste, apontam para uma relação diretamente proporcional e linear entre acesso ao crédito e o aumento de renda e redução da pobreza, levando, por consequência, a uma melhoria na

qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiados pelo programa. Porém, as avaliações do programa realizadas até agora não apontam evidências suficientes para que haja concordância com essas impressões (AQUINO e BASTOS, 2015).

Em sua análise do programa AGROAMIGO, Abramovay et. al. (2013) sugere que os agricultores familiares beneficiados com mais tempo de exposição ao programa (duas ou mais operações) apresentaram melhores índices de crescimento em relação aos ingressantes, ou seja, os clientes mais antigos aparentam estar em melhores condições quanto ao padrão de vida como resultado proporcionado pelos financiamentos. Porém, o autor afirma ainda que tais dados não evidenciam que a política de crédito aqui discutida esteja alcançando seus objetivos no sentido de cumprir sua principal diretriz de promover o bem-estar social aos agricultores familiares nordestinos.

Aquino e Bastos (2015) atestam que, apesar da relevância do AGROAMIGO na inclusão financeira desses agricultores familiares, seus resultados socioeconômicos podem ser considerados tímidos, uma vez que afirma não ser possível conceber um cenário de transformação social profunda a partir de investimentos realizados predominantemente na pecuária tradicional.

6 CONCLUSÃO

A agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros, além de concentrar 64% das ocupações no meio rural (IBGE, 2009), tem sido a fonte de sustento de milhares de famílias brasileiras, garantindo sua sobrevivência frente às dificuldades. Apesar do crescimento acelerado do agronegócio, a agricultura familiar tem resistido às alterações mercadológicas, contrariando as previsões de muitos quanto à sua extinção.

O advento das políticas de crédito rural voltadas ao segmento da agricultura familiar, hoje personificada no PRONAF, trouxe oportunidades de crescimento a esses pequenos produtores por meio de linhas de crédito de baixo custo idealizadas para promover o desenvolvimento socioeconômico desses empreendimentos rurais e promover bem-estar social aos indivíduos envolvidos.

Diante desse contexto, a presente pesquisa trouxe como objetivo geral fazer uma análise de como os agricultores familiares do território Açu-Mossoró utilizam os recursos concedidos pelo PRONAF B no período de 2009 a 2014.

A partir das entrevistas realizadas com os agricultores familiares beneficiários do programa AGROAMIGO foi possível perceber que a forma de utilização dos recursos obtidos com as operações de crédito é muito similar à da utilizada maioria dos municípios componentes do território pesquisado, respeitando-se as exceções existentes diante de diferenças específicas de algumas localidades. A presença dos agentes de crédito do programa nas localidades é perceptivelmente marcante entre os entrevistados, atuando como divulgadores do programa, orientando o processo de crédito, bem como fiscalizando a aplicação dos recursos. Porém, pode-se perceber que a modalidade dos créditos concedidos é de investimento, com destinação predominantemente à aquisição de animais. Esse cenário reflete a falta de infraestrutura nos pequenos empreendimentos rurais, além da orientação precária por parte desses agentes que direcionam o crédito em sua grande maioria para o investimento pecuário, de mais simples confecção do projeto, orientação e fiscalização, desprezando as peculiaridades regionais e as cadeias produtivas inovadoras.

Estes agricultores familiares são, em sua maioria, de escolaridade em nível fundamental incompleto, o que dificulta sua compreensão da burocracia que permeia todo o processo de crédito e que fragiliza a gestão de seus empreendimentos, fazendo com que a recorrente obtenção de créditos na modalidade investimento não resulte em desenvolvimento quanto à infraestrutura de seus pequenos empreendimentos, construindo um ciclo vicioso de obtenção de créditos recorrentemente em investimento.

Foi possível observar ainda a forte presença dos programas de transferências sociais de renda, a exemplo do Bolsa Família e da aposentadoria rural, compondo a renda familiar desses agricultores. Em vários dos relatos foi possível conhecer a dura realidade que cerca o rural no semiárido. Diante das dificuldades climáticas, torna-se difícil a sobrevivência exclusiva com a renda gerada pelas atividades desenvolvidas em seus empreendimentos rurais, tornando-se vital para essas pessoas a presença de tais fontes de renda.

Em relação às formas de gestão utilizadas por esses beneficiários, a pesquisa revelou que em sua grande maioria os pesquisados não se utilizam de ferramentas de gerenciamento de recursos em seus empreendimentos, onde os poucos que afirmam utilizarem alguma forma de gestão afirmaram utilizar anotações simples como forma de acompanhamento do fluxo dos recursos ganhos e gastos em suas atividades. Este cenário pode ser atribuído ao baixo grau de escolaridade, como também a um quadro de ausência de incentivo à qualificação profissional por parte das instituições de assistência técnica e extensão rural. A falta desses mecanismos de gestão os coloca em uma situação de fragilidade, tornando os empreendimentos susceptíveis à

falência, visto que não há nenhum tipo de controle que os alerte quando da necessidade de mudança de rumos ou de medidas corretivas no seu modo de gerenciamento.

Pôde-se observar ainda uma unanimidade entre os sujeitos pesquisados quanto à positividade do programa como promotor de melhoria de vida para os seus beneficiários, embora caiba aqui ressaltar a perspectiva apontada por Aquino e Bastos (2015) a respeito da real contribuição do programa para a transformação social desses agricultores familiares, para quem apesar de representar um instrumento de capitalização desses pequenos produtores, que muitas vezes vivem em condições de pobreza, o programa pode ainda não ter atingido os objetivos traçados em seus documentos oficiais de ser um canal de transformação social e desenvolvimento local.

Diante do exposto, a pesquisa mostrou que os agricultores familiares beneficiários do PRONAF B são pessoas em situação de fragilidade social, fruto de uma reação em cadeia de fatores que corroboram para a manutenção desse quadro. O baixo grau de instrução, as fontes de renda baseadas em programas sociais, o assessoramento técnico ineficiente na promoção do desenvolvimento de suas atividades agrícolas para sair do convencional investimento pecuário, além da ausência de mecanismos de gestão que permitam um gerenciamento eficiente dos recursos, são fatores que podem comprometer a solidez de seus empreendimentos, bem como a sua sobrevivência no campo.

O PRONAF B tem sido, sim, um mecanismo fundamental para a sobrevivência da agricultura familiar, porém ainda não tem sido capaz de promover o desenvolvimento das cadeias produtivas de forma que retire esses indivíduos da situação de fragilidade e dependência do crédito em caráter de investimento. A predominância do crédito investimento em detrimento das operações de custeio sinalizam uma insistente falta de infraestrutura desses empreendimentos rurais, processo que se perpetua com a ineficiência do processo de crédito como um todo.

A pesquisa indica a necessidade de se estimular a qualificação desses agricultores familiares, bem como a urgência de se rever o papel desses agentes de crédito que, motivados por suas metas quantitativas, não atuam de forma inovadora e na promoção de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília: v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr., 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Alcance e limites das finanças de proximidade no combate a inadimplência: o caso do Agroamigo**. (Texto para discussão n Pesquisas Econômicas (FIPE), abril, 2008.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- ALEIXO, Carlos Eduardo Martins; CRUZ, Carlos Eduardo Braga; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **Importância do Pronaf na Infraestrutura, Produção Agropecuária e Geração de Renda nos Assentamentos do Nordeste**. Fortaleza: UFCE, 2007.
- ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UnB, 2003. 255p.
- AQUINO, J. R. de; BASTOS, F. Dez anos do Programa AGROAMIGO na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, jul., p. 139-160, 2015.
- BATALHA, M. O., et al. **Tecnologia de Gestão e Agricultura Familiar**. Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- BIANCHINI, Valter. **Vinte Anos do PRONAF, 1995 – 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BNB. **Relatório anual e balanço social**. Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em 15/01/2017.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Parentes e Parceiros** In: ARANTES, Antonio Augusto. et. al. **Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil**. São Paulo: UNICAMPI, 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Apresenta informações sobre o Ministério e suas atividades. Disponível em www.mda.gov.br . Acesso em 21 de Janeiro de 2017.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual Operacional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2000.
- BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n.1, jan./abr, p. 205-227, 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2007.

DIHEL, A. A. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

GUEDES, A. A. A.; CARVALHO, D. M. de. Percepção dos agricultores familiares de Garanhuns – PE quanto a possíveis dificuldades de acesso ao PRONAF B. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: v. 47, n. 3, p. 15-30, jul./set., 2016.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 16, Brasília: IICA, p. 121 – 159, 2012.

HOFFMANN, R.; NEY, M.G. **Desigualdade, escolaridade e rendimento das pessoas ocupadas na agricultura brasileira, de 1992 a 2001**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora, Anais... Juiz de Fora, 2003.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **Situação em 2009 e perspectivas da agricultura familiar no Brasil para 2010**. Disponível em http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Situacao_2009_e_Perspectivas_2010.pdf. Acesso em 15/01/2017.

JESUS, C. M. de; FERNANDES, V. R. V. **Desenvolvimento Territorial Rural: análise socioeconômica dos territórios induzidos por políticas públicas no Rio Grande do Norte**. In: XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Anais..., 2015. Belo Horizonte/MG.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, 1998.

LOURENZANI, W. L. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. v. 8, n. 3, p. 313-322, 2006.

MARENGO, J. A.; ALVES, L. M.; BESERRA, E. A.; LACERDA, F. F. Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. In: **Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas**. Campina Grande: IJUSA, 2011.

MOREIRA, V. A. **Educação do campo e docência no contexto da agricultura familiar: o Programa Escola Ativa (PEA/MEC) no município de Salinas – MG**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2013. 211p.

KAGEYAMA, Ângela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**, 2001. Disponível em: <http://www.ica.sp.gov.br/out/publicacoes/asp-2-01.htm>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2017.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 147-183, jul./dez. 2000.

KOLLING, E. J.; NERY, I. F.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica no campo**. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTEI, Lauro et. al. Uma Análise dos Impactos do PRONAF Sobre as Economias Locais nas Regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45, **Anais...**, 2007, Londrina/PR: SOBER – Nacional, 2007.

MEDEIROS, K. N. de. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar: o caso do assentamento Eldorado dos Carajás II (RN)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Mossoró/RN, 2015. 161p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 7. ed. HUCITEC-ABRASCO; Rio de Janeiro - São Paulo, 2000.

MOLINA, M. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação no campo e desenvolvimento sustentável**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

NERI, Marcelo (org). **Microcrédito: o mistério nordestino e o grameen brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NUNES, Emanuel Márcio; ARAUJO, I. J.; [FRANÇA, A. R. M.](#); [LIMA, J. S. S. de](#); MEDEIROS, L. S. Microcrédito, Infraestrutura e Desenvolvimento Rural: o AGROAMIGO Investimento e Custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, p. 53-69, 2015.

NUNES, E. M. et. al. Dinamização econômica e agricultura familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. Piracicaba, In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 53, nº 03, p. 529-554, Jul/Set, 2015.

OLIVEIRA, A. Martins de; OLIVEIRA JUNIOR, F. de Assis; MARTINS, J. C. de V. Processo Produtivo da Castanha de Caju em Serra do Mel/RN: aspectos socioambientais e econômicos. In: VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, **Anais...**, 2015, Porto Alegre/RS.

ORTEGA, A. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. Rio de Janeiro: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 45, nº 02, p. 275-300, Abr/Jun, 2007.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos: os desafios das políticas de desenvolvimento territorial rural**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

PRDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Sertão do Apodi, 2010.

ROCHA, R. da S. **A dinamização econômica nos territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN): um estudo da cadeia produtiva da apicultura e sua gestão nas unidades de produção familiar**. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade), Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2015, 121p.

SANTOS, A.; GOIS, F. F. de. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premium, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M. (org.). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: p. 21-50, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade de formas familiares na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.) **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989–1014.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. de A. **A pluriatividade na agricultura familiar: estratégia diferencial de distintos estilos de agricultura**. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, UEL, 2007. 23p.

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar em uma época de transformações: a pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social**. In: World Congress of Rural Sociology, 10. Rio de Janeiro: IRSA, jul. 2000.

SCHUHMANN, Maitê L. **O Contexto e os Efeitos do PRONAF Mais Alimentos para os Agricultores Familiares do Município de Teutônia/RS**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Santa Maria: UFSM, 2012. 155p.

SOUSA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** – Brasília: CGEE, p. 71–100, 2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. nº 21, p. 42–62, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

WILKINSON, John. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, RS, v.1, n.3, jul./set. 2000.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres...** Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ática, 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Sexo:
 Masculino Feminino
2. Qual a sua idade?
3. Qual o seu grau de escolaridade?
4. Há quanto tempo atua em atividades agropecuárias?
5. Que tipo de atividade desenvolve?
6. Qual o tamanho da propriedade rural onde são desenvolvidas as atividades?
7. Quantos membros da família colaboram na atividade agropecuária?
8. Existem pessoas que não são da família colaborando nas atividades agropecuárias? Se sim, quantas pessoas?
9. Existem rendas não agrícolas?
10. De que forma você conheceu o PRONAF B?
11. Por quantas vezes você foi beneficiado com crédito oriundo do PRONAF B?
12. Quais as facilidades e dificuldades na obtenção do crédito PRONAF B?
13. Qual o valor a você concedido através do PRONAF B em sua última operação de crédito?

14. Você considera que o valor concedido foi suficiente para as necessidades de sua atividade agropecuária?
15. Que tipo de investimento foi realizado na atividade agropecuária a partir da obtenção do crédito?
16. Quando da utilização do recurso, você utiliza algum mecanismo de registro de informações que o auxilie no controle dos recursos disponíveis?
17. Você obteve algum tipo de assessoria técnica em algum momento do processo de concessão e utilização do crédito?
18. Você considera que o crédito PRONAF trouxe melhorias na produtividade de sua atividade?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Sr. (a),

Este é um convite para você participar da pesquisa “OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO: O CASO DOS RECURSOS DO PRONAF B NO TERRITÓRIO AÇU-MOSSORÓ” que é coordenada pelo Prof. Dr. Emanuel Márcio Nunes e que segue as recomendações da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento ou recusar-se a participar da pesquisa, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Essa pesquisa se justifica por buscar compreender as estratégias de gestão dos recursos obtidos através do crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e tem por objetivo analisar como os agricultores familiares do território Açu-Mossoró utilizam os recursos concedidos pelo PRONAF B na modalidade investimento no período de 2009 a 2014.

Caso você decida aceitar o convite você será submetido (a) a uma entrevista semiestruturada gravada em aparelho de mp3 ou similar. Os riscos aos quais você estará submetido (a) serão apenas riscos emocionais que serão minimizados através de uma abordagem adequada para cada situação.

Você terá os seguintes benefícios ao participar da pesquisa: contribuir para o desenvolvimento e melhoria das políticas públicas voltadas para o rural brasileiro.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhuma fase/etapa desta pesquisa. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Garanto que os dados obtidos a partir de sua participação na pesquisa não serão utilizados para outros fins além dos previstos neste termo.

Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido. Se você sofrer algum dano, que seja comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo, que deverá ser rubricada e assinada em cada página e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Sarah Laurentina Tomaz Solano, no endereço eletrônico sarahtomazsolano@gmail.com ou pelo telefone (084) 98784-9792.

Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UERN no endereço Rua Prof. Antonio Campos, S/N, Bairro Costa e Silva, BR 110, KM 48, CEP 59.610-090, Mossoró/RN ou pelo telefone (084) 3312-7032.

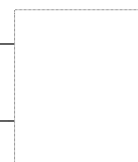
Consentimento Livre e Esclarecido

Estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos da pesquisa, ao procedimento ao qual serei submetido e dos possíveis riscos que possam advir de minha participação. Foram-me garantidos esclarecimentos que eu venha a solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou de minha família. (Caso minha participação na pesquisa implique em algum gasto, serei ressarcido e caso sofra algum dano, serei indenizado. Autorizo assim a publicação dos dados desta pesquisa sendo-me garantido o meu anonimato e o sigilo dos dados referentes a minha identificação.

Participante da pesquisa ou responsável legal:

Nome: _____

Assinatura: _____



Pesquisador responsável:

Sarah Laurentina Tomaz Solano

Assinatura: _____

Comitê de ética e Pesquisa com Seres Humanos – CEP/UERN

Rua Prof. Antonio Campos, S/N, Bairro Costa e Silva, BR 110, KM 48, CEP 59.610-090,
Mossoró/RN – Fone: (084) 3312-7032